



2017

RELATÓRIO & CONTAS



Enapor

Portos de Cabo Verde

Unindo as ilhas e ligando-as ao mundo

www.enapor.cv



ÍNDICE

MENSAGEM DO PRESIDENTE	4	5. O NEGÓCIO DE CRUZEIROS	48
1. A ENAPOR - Portos de Cabo Verde	8	6. SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE	52
1.1. Apresentação da Empresa	9	7. INVESTIMENTOS	56
1.2. Capital Social	10	8. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	60
1.3. Órgãos Sociais	10	9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	70
1.4. Missão, Visão e valores	11	10. ANEXOS	72
1.5. Modelo de Gestão e Estrutura Organizacional	12	1. Demonstrações Financeiras	73
2. ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO	14	2. Anexo às Demonstrações Financeiras	78
3. O NEGÓCIO E O TRÁFEGO PORTUÁRIO	18	11. RELATÓRIO DE AUDITORIA	115
4. ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES	30		
4.1. Comercial e Marketing	31		
4.2. Recursos Humanos	43		
4.3. Sistemas de Informação	45		
4.4. Gestão das Concessões	47		



MENSAGEM DO PRESIDENTE



Jorge Pimenta Maurício

"Esperamos continuar a merecer a vossa confiança para o desenvolvimento contínuo do sistema portuário nacional e, conseqüentemente, da economia de Cabo Verde."

O exercício económico de 2017 caracterizou-se por muitas realizações e excelentes resultados, quer do ponto de vista financeiro, quer comercial, e por um aumento global do tráfego de mercadorias à volta de 12,5%, segmento no qual registámos crescimento em todos os portos do país.

No domínio organizacional, destacamos o facto de, pela primeira vez, a Empresa dispor de um Modelo de Gestão bem estruturado, com objectivos bem definidos, orientado para os resultados, e com foco nas pessoas e na comunicação.

Foi aprovado um conjunto integrado de novos instrumentos de recursos humanos, orientado para a sua gestão estratégica. É importante realçar ainda a aprovação do Regimento do Conselho de Administração e do primeiro Código de Conduta da Empresa, um documento que reúne os valores e princípios éticos que determinam a conduta profissional de cada colaborador nos seus relacionamentos profissionais internos e externos.

Desenhou-se um organograma com uma visão holística da Empresa, visando uma organização eficiente, desburocratizada, descentralizada e com processos streamline. Trata-se de um modelo assente em processos empresariais, respeitando os pressupostos básicos relacionados com a cultura e o core business da Empresa, os Estatutos e a lei do Sector Empresarial do Estado (SEE),

bem como o papel de concessionária geral, autoridade portuária e ainda operador portuário, tendo sempre em consideração a privatização dos serviços portuários.

Conscientes do nosso papel enquanto prestador de serviços de qualidade e facilitador na integração da cadeia logística, implementámos uma série de medidas direccionadas para a melhoria contínua dos serviços portuários.

Para a renovação do parque de equipamentos, foram investidos em 2017 mais de 140.000.000\$00 ECV, e em curso encontra-se um pacote de investimentos de mais de 700.000.000\$00 ECV nos próximos 2 anos, incluindo um rebocador para o Porto da Praia. Paulatinamente, os Portos de Cabo Verde passarão a dispor de mais capacidade para a movimentação de mercadorias.

No domínio das tecnologias de informação e comunicação, potenciámos a plataforma informática JUP - Janela Única Portuária - nas suas diferentes vertentes. Encontra-se em curso um novo módulo de gestão de estatísticas e indicadores portuários (Business Intelligence).

Levou-se a cabo a reestruturação do website da ENAPOR, como plataforma comunicacional, de relacionamento e interacção com os clientes, possibilitando a consulta de extractos de conta corrente, facturas, pagamentos online, etc.

Foi ainda desenvolvido um módulo informático destinado aos centros de pequenas encomendas, cuja implementação começou no Porto Grande, pretendendo-se, de seguida, abranger todos os portos nacionais.

No que tange à logística de mercadorias, pretendê-se a criação de **Centros de Logística de Mercadorias** em todas as ilhas. O objectivo é dinamizar o mercado interno, através da montagem de um sistema eficiente de consolidação/desconsolidação e distribuição de mercadorias com o intuito de se obter economias de escala, disciplinar as operações e promover pequenos serviços de valor acrescentado. Elaborou-se um estudo de viabilidade económico-financeira para facilitar a tomada de decisão em relação à implementação do projecto.

Ao nível da harmonização e competitividade de tarifas, foram tomadas várias e importantes medidas, entre as quais:

- redução tarifária média de 35% para embarque de contentores de exportação;
- redução tarifária média de 25% para movimentação de contentores cheios no tráfego convencional de cabotagem;
- redução de taxas para o tráfego de transbordo de pescado em cerca de 70%.

A comunicação comercial, organizacional e institucional é considerada hoje um importante activo da Empresa.

Encontra-se em curso um projecto preponderante para a definição e implementação de uma Política de Comunicação Interna e Externa da ENAPOR, com a qual se pretende estabelecer um processo comunicativo integrado, agregador de valor e suficientemente dinâmico para garantir maior competitividade, através de um intercâmbio de dados, informações e conhecimentos que beneficiem directamente os colaboradores internos e os parceiros externos.

Outras importantes reformas foram executadas, nomeadamente em torno da legislação sobre o trabalho portuário. A actual Portaria n.º 80/84 será substituída por um pacote legislativo moderno e adaptado às actuais exigências do mercado. Pretende-se que a legislação sobre o trabalho portuário seja adaptada ao cenário das concessões. Com efeito, dois anteprojectos (do novo regime jurídico e de um regulamento de trabalho portuário) serão submetidos ao Governo para apreciação e aprovação.

Concluíram-se estudos importantes e documentos de concurso relacionados com projectos vitais para o sector portuário. Referimo-nos principalmente à Expansão e Requalificação do Porto Inglês, na ilha do Maio, e do Terminal de Cruzeiros do Mindelo. No final do ano, mais precisamente nas vésperas do Natal, recebemos a confirmação de 35% do financiamento do Terminal de Cru-

zeiros do Mindelo, a fundo perdido, através do programa de cooperação holandesa ORIO.

Contamos com uma liderança comprometida com a excelência dos serviços, através da melhoria contínua das infra-estruturas e instalações portuárias. Os resultados obtidos em 2017 permitem-nos continuar na mesma senda, reinvestindo esses mesmos resultados para garantir um sistema portuário sustentável e alinhado com as necessidades do mercado global.

Os nossos agradecimentos a todos os colaboradores, pois sem o seu envolvimento e dedicação profissional

demonstrados não seria possível uma resposta tão produtiva.

Aos nossos clientes e parceiros de negócios, deixamos aqui o reconhecimento do esforço realizado durante o ano de 2017, esperando continuar a merecer a vossa confiança para o desenvolvimento contínuo do sistema portuário nacional e, conseqüentemente, da economia de Cabo Verde. ■



1. ENAPOR - PORTOS DE CABO VERDE

1.1. APRESENTAÇÃO DA EMPRESA



Enapor

Portos de Cabo Verde

Unindo as ilhas e ligando-as ao mundo

Criada a 1 de Setembro de 1982, a ENAPOR é uma sociedade anónima de capitais públicos, detidos directa e exclusivamente pelo Estado de Cabo Verde.

A sociedade, enquanto Concessionária Geral dos Portos, tem por objecto a administração, gestão e exploração económica dos Portos de Cabo Verde, terminais e zonas de jurisdição portuária, cuidando da sua conservação, planeamento e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

O portfólio da Empresa é constituído pelos serviços de pilotagem, reboque, amarração/desamarração, atracação/desatracação, equipamentos, tráfego de mercadorias, armazenagem, fornecimento de energia e água e *bunkering*.

A Empresa está presente nas 9 ilhas habitadas do país, unindo-as e ligando-as ao mundo, através de infra-estruturas que garantem a prestação de serviços com a qualidade e a segurança almejadas.

Com 35 anos no mercado, a ENAPOR é uma das referências do sector empresarial cabo-verdiano, assentando o seu sucesso em profissionais qualificados e motivados, movidos pelo espírito de equipa e foco no cliente.

1.2. CAPITAL SOCIAL

Em Setembro de 1982, data da sua criação, a ENAPOR contava com um capital social de 750.000 contos.

Em 2009, este foi aumentado para 1.200.000 contos, pertencentes ao Estado de Cabo Verde, encontrando-se totalmente subscrito e realizado pelos valores integrantes do seu património, o que espelha o crescimento sustentado da Empresa ao longo dos anos.

1.3. ÓRGÃOS SOCIAIS

O modelo de governo societário em vigor na ENAPOR compreende uma estrutura organizativa constituída pela Assembleia-Geral, pelo Conselho de Administração e por um Fiscal Único, com poderes conferidos pelos Estatutos da Empresa, Estatuto do Gestor Público e leis aplicáveis ao sector público empresarial.



1.4. MISSÃO, VISÃO E VALORES

MISSÃO

Garantir a prestação de serviços eficientes e de qualidade aos clientes dos Portos de Cabo Verde, assegurada por profissionais qualificados e motivados, com base em infra-estruturas e equipamentos adequados, com segurança e respeitando o ambiente e os requisitos técnicos mínimos estabelecidos, de maneira a potenciar a unificação do mercado interno e a sua integração competitiva na economia mundial, contribuindo, assim, para o desenvolvimento sustentável do país.

VISÃO

Fazer dos portos nacionais o elo privilegiado de unificação do mercado interno, a "âncora" da economia marítima nacional e um centro de prestação de serviços marítimo-portuários de referência internacional no Atlântico Médio, contribuindo activamente para a inserção competitiva de Cabo Verde na economia global.

Ambiente: a integração e sustentabilidade ambiental das operações é um valor de dignidade corporativa.

Cliente: ter o cliente como o valor primeiro da nossa razão ser.

Inovação: procurar sempre a inovação com vista a uma maior competitividade.

Responsabilidade Social: além do desenvolvimento das nossas actividades económicas, que devem desenvolver-se de forma socialmente equilibrada e em benefício dos cidadãos em geral, procura-se reservar uma atenção especial ao bem público e ao bem-estar e segurança dos nossos colaboradores e trabalhadores, contribuindo para o desenvolvimento sustentável do país por via da intervenção comunitária, através da promoção de acções de sensibilização da consciência ambiental e cívica.

Rigor: incrementar o nível individual de aperfeiçoamento em todas as execuções e exercícios das actividades portuárias.

Segurança: é um imperativo do sector marítimo e portuário.

Transparência: nos procedimentos com os nossos *stakeholders*.

VALORES

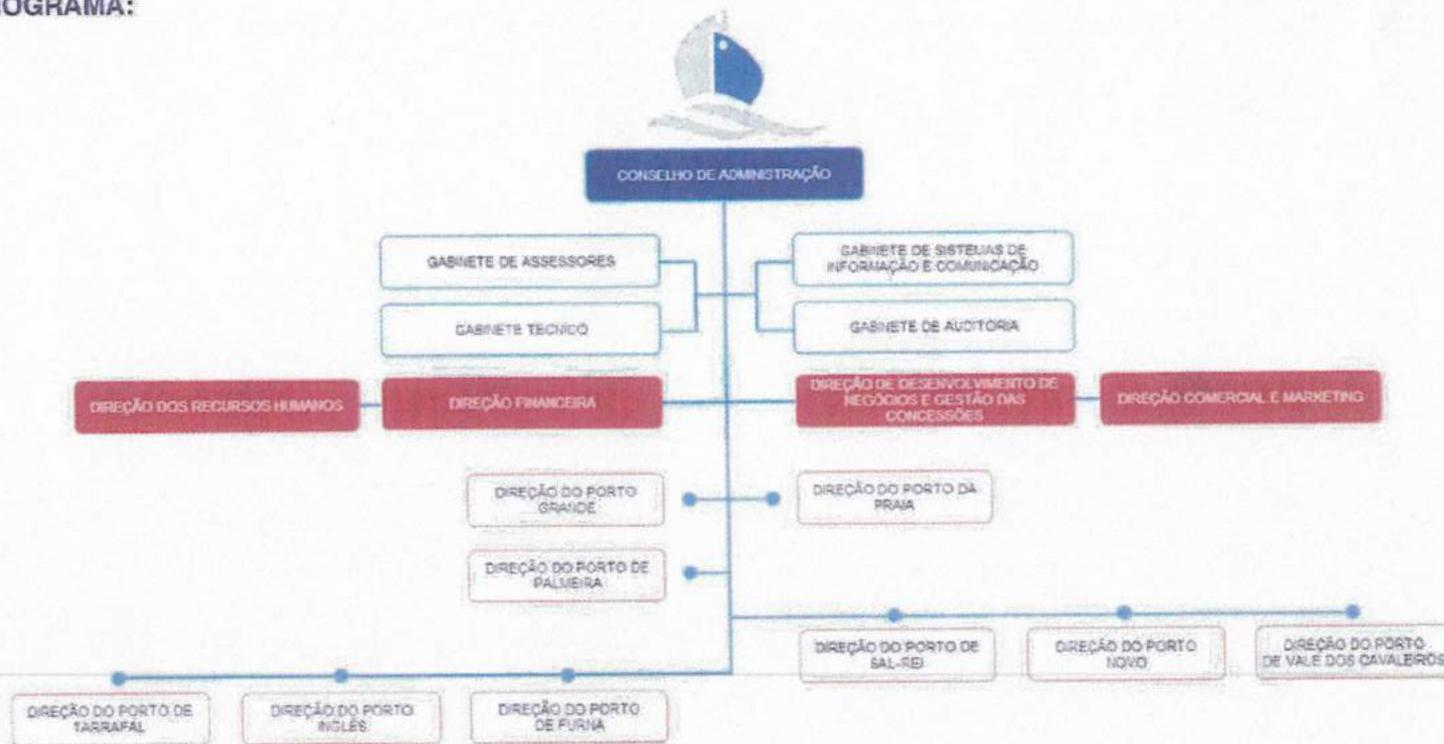
1.5. MODELO DE GESTÃO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O Conselho de Administração adopta para a ENAPOR um modelo de gestão holística, convicto de que a Empresa não deve ser vista como um conjunto de departamentos que executam actividades isoladas, mas, sim, como um corpo único, aberto e em constante interacção, com sentido da "humanização

do trabalho", ambição colectiva, orientado para os resultados e alinhado com a cultura da própria Empresa.

Sendo assim, pretende-se que a estrutura organizacional da ENAPOR seja ágil e capaz de responder prontamente aos desafios actuais.

ORGANOGRAMA:



Handwritten signature and initials.



Foto: Jornadas Portuárias 2018 - Santo Antão

An aerial photograph of a coastal industrial or port facility. A prominent feature is a long, curved stone breakwater that encloses a large area. Inside this enclosure, there are several buildings, a parking lot with many cars, and some industrial equipment. The breakwater extends into the sea, forming a semi-circular pier. The surrounding landscape is hilly and appears to be under construction or recently cleared, with some roads and structures visible on the land. The water is a deep blue, and the sky is clear.

2. ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

A actividade económica mundial acelerou no quarto trimestre de 2017, impulsionada por um melhor desempenho tanto das economias avançadas como das economias emergentes e em desenvolvimento. As estimativas do Fundo Monetário Internacional (FMI), de acordo com o *World Economic Outlook* de Janeiro de 2018, sugerem um crescimento de 3,7% da economia global em 2017, mais 0,5% se comparado com o período homólogo de 2016 (3,2%).

Entre os principais parceiros económicos de Cabo Verde, destaca-se o desempenho da Zona Euro, que, segundo as últimas estimativas do FMI, regista um crescimento de 2,4% (0,3 pontos percentuais acima das projecções de Outubro de 2017), determinado pelas dinâmicas da formação bruta de capital fixo, das exportações e do fortalecimento da procura interna.

A *performance* dos EUA foi igualmente melhor do que a registada no período homólogo de 2016, atingindo um crescimento de 2,3% (0,2 pontos percentuais acima das projecções de Outubro de 2017), sustentada, também, nos contributos positivos da formação bruta de capital fixo e da procura externa, numa conjuntura de estagnação do consumo privado e retracção do consumo público.

A actividade económica no Reino Unido fortaleceu-

se no quarto trimestre de 2017, registando um crescimento de 1,7% (igual às projecções de Outubro de 2017), embora tenha sido penalizada pelo impacto efectivo da depreciação da libra esterlina e do aumento dos preços no consumidor, e pelas incertezas relacionadas à negociação do Brexit.

Por sua vez, a economia nacional¹, segundo as últimas projecções do Banco de Cabo Verde (BCV), terá registado um crescimento, em volume, de 3,9% do Produto Interno Bruto (PIB), em termos acumulados, reflectindo um aumento de 0,1% em relação ao período homólogo de 2016. Este crescimento traduz, em larga medida, os contributos positivos dos impostos líquidos sobre subsídios e os contributos dos sectores da indústria transformadora, alojamento e restauração, administração pública e comércio. A dinâmica da economia foi, entretanto, restringida pelas contribuições negativas dos sectores da agricultura (devido à falta de chuva), da construção e das telecomunicações.

Segundo o Relatório de Política Monetária do BCV, o crescimento do lado da procura foi determinado pela evolução da procura interna, sobretudo dos investimentos privados nos sectores dos transportes e turismo, e do consumo privado, beneficiados por

¹ As referências ao desempenho da economia nacional e da actividade económica mundial em 2017 baseiam-se nas informações mais recentes publicadas pelo Banco de Cabo Verde (BCV) à data de elaboração deste relatório, pelo que algumas delas estão sujeitas a atualizações futuras.

melhores condições de financiamento (internas e externas), rendimentos salariais e expectativas quanto à dinâmica da economia, conforme sugerem os aumentos do crédito ao sector privado (em 4%), dos influxos do Investimento Directo Estrangeiro – IDE (na ordem dos 25%) e da dívida externa de empresas não financeiras (em torno de dois mil milhões de escudos), bem como a contínua melhoria do indicador de clima económico.

O consumo terá ganho uma maior dinâmica durante o ano de 2017, a atender ao aumento da importação de bens de consumo duradouros, em alguma medida impulsionada pelo crescimento de rendimentos salariais, num contexto de ligeira redução da confiança dos consumidores.

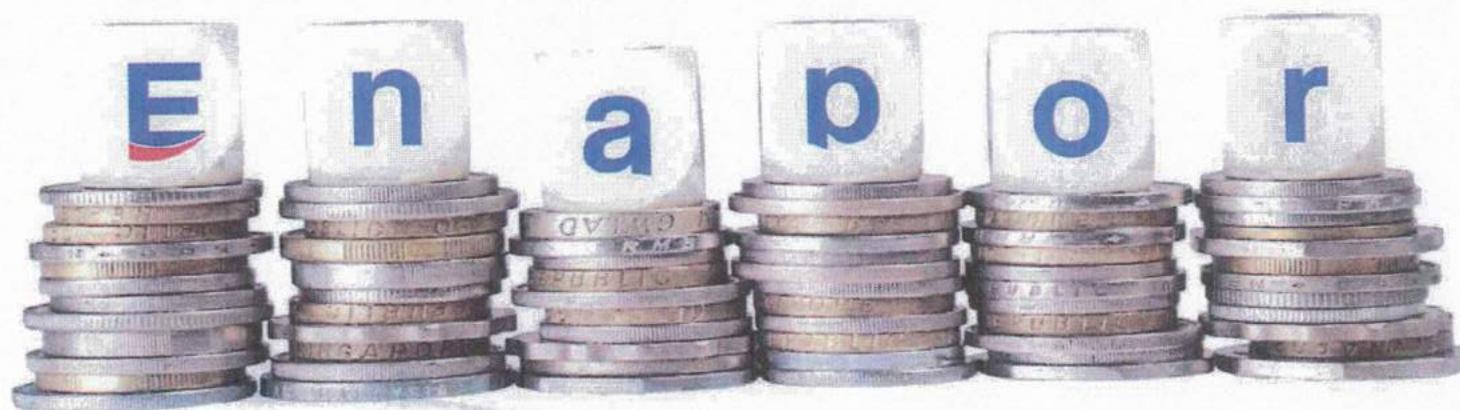
As estatísticas das contas externas de 2017 apontam para uma expressiva deterioração da balança corrente nos primeiros nove meses do ano, tendo o seu défice triplicado em termos homólogos, o que traduz, sobretudo, os aumentos das importações de bens e serviços em 15,2%, dos dividendos expatriados em 29,2%, e a redução das remessas dos emigrantes em 3,7%, num contexto de aumento das remessas de imigrantes em 23%.

Do lado da oferta, o indicador de clima económico sustenta a inferência sobre o momentum da

economia, explicado pela melhoria dos índices de confiança de todos os sectores no segundo trimestre face ao primeiro, com excepção do comércio em estabelecimento e turismo residencial, apesar da sua melhoria em termos homólogos.

De acordo com estimativas divulgadas pela UNCTAD – Agência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento, o comércio marítimo mundial iria crescer 2,8% no ano de 2017, dois décimos a mais do que no ano de 2016, perto da média histórica de 3% ao ano nas últimas quatro décadas.

Em termos gerais, a melhoria da actividade económica ao longo do ano de 2017 propiciou um ambiente de negócios favorável para a ENAPOR, com impacto directo nos resultados alcançados pela Empresa durante o ano.





3. O NEGÓCIO E O TRÁFEGO PORTUÁRIO

O ano de 2017 iniciou-se sob o signo de fortes reformas estruturais na ENAPOR, sendo particularmente visíveis os esforços de ajustamento dos profissionais ao novo organograma e ao novo modelo descentralizador no que tange às funções empresariais.

Todas essas mudanças fizeram com que o ano de 2017 se consagrasse como o melhor ano de todos os tempos para a Empresa, não só em termos de resultados financeiros, mas também em termos de crescimento e desenvolvimento do negócio.

• Movimento de Navios

De Janeiro a Dezembro de 2017, deram entrada nos Portos de Cabo Verde 1.330 navios de longo curso, correspondendo a uma variação de +15,7% em relação ao período homólogo de 2016. No entanto, registou-se uma ligeira diminuição de 1,7% em relação à arqueação bruta (GT) dos mesmos.

Contrariamente, houve uma diminuição do número de navios de cabotagem a darem entrada nos portos (-6,4%) e uma diminuição de 0,7% da sua arqueação bruta (GT).

Navios	Navios Entrados							
	Ano 2017		Ano 2016		Variação 17/16			
	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT
Longo Curso	1.330	15.765.161	1150	16.044.476	180	-279.315	15,7%	-1,7%
Cabotagem	5.976	6.739.452	6.382	6.786.700	-406	-47.248	-6,4%	-0,7%
Total	7.306	22.504.613	7.532	22.831.176	-226	-326.563	-3,0%	-1,4%

Os dados relativos ao movimento de navios atracados mostram um aumento de 15,0% em relação aos navios de longo curso e uma diminuição de 6,9% em relação aos navios de cabotagem.

A arqueação bruta (GT) dos navios atracados sofreu um pequeno aumento, registado somente ao nível de navios de longo curso (+0,6%).

Navios Atracados								
Navios	Ano 2017		Ano 2016		Variação 17/16			
	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT
Longo Curso	913	6.003.568	794	5.970.172	119	33.396	15,0%	0,6%
Cabotagem	5.736	6.380.924	6.163	6.519.548	-427	-138.624	-6,9%	-2,1%
Total	6649	12.384.492	6.957	12.489.720	-308	-105.228	-4,4%	-0,8%

O movimento de navios fundeados registou uma evolução positiva tanto para os navios de longo curso como para os de cabotagem, +16,0% e +9,5%, respectivamente.

No que se refere à arqueação bruta (GT), registou-se uma diminuição de 3% em relação ao ano de 2016.

Navios Fundeados								
Navios	Ano 2017		Ano 2016		Variação 17/16			
	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT	N.º	GT
Longo Curso	413	9.669.330	356	10.074.304	57	-404.974	16,0%	-4,0%
Cabotagem	242	392.261	221	287.324	21	104.937	9,5%	36,5%
Total	655	10.061.591	577	10.361.628	78	-300.037	13,5%	-3%

077


Durante o ano de 2017, escalaram os portos nacionais 7.306 navios, com um total de 22.504.613 de arqueação bruta (GT), o que revela uma redução de 3% e 1,4%, respectivamente, em relação ao ano de 2016.

Total de Navios – Portos Nacionais				
Portos	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
	Navios	Navios		
Porto Grande	2.670	2.756	-86	-3,1%
Porto da Praia	1054	1051	3	0,3%
Porto de Palmeira	628	653	-25	-3,8%
Porto Sal-Rei	328	325	3	0,9%
Porto Novo	1.312	1.449	-137	-9,5%
Porto Vale de Cavaleiros	531	524	7	1,3%
Porto Tarrafal	307	337	-30	-8,9%
Porto Inglês	195	157	38	24,2%
Porto Furna	281	280	1	0,4%
TOTAL	7.306	7.532	-226	-3,0%

Arqueação Bruta – Portos Nacionais				
Portos	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
	GT	GT		
Porto Grande	13.734.669	12.707.880	1.026.789	8,10%
Porto da Praia	4.104.190	5.619.573	-1.515.383	-27,00%
Porto de Palmeira	1.191.938	928.186	263.752	28,40%
Porto Sal-Rei	618.629	484.562	134.067	27,70%
Porto Novo	1.902.309	2.104.609	-202.300	-9,60%
Porto Vale de Cavaleiros	450.945	482.140	-31.195	-6,50%
Porto Tarrafal	172.789	195.913	-23.124	-11,80%
Porto Inglês	117.219	99.900	17.319	17,30%
Porto Furna	211.925	208.413	3.512	1,70%
TOTAL	22.504.613	22.831.176	-326.563	-1,40%

• **Movimento de Mercadorias**

O movimento de mercadorias no conjunto dos Portos de Cabo Verde manteve a tendência de crescimento sustentado dos últimos anos, tendo ultrapassado a barreira dos dois milhões de toneladas de mercadorias.

Movimento de Mercadorias nos Portos Nacionais				
Portos	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
	UNID. TON			
Porto Grande	847.602	743.184	104.418	14,1%
Porto da Praia	817.845	716.240	101.605	14,2%
Porto de Palmeira	306.299	293.044	13.255	4,5%
Porto Sal-Rei	112.519	96.358	16.161	16,8%
Porto Novo	134.141	122.223	11.918	9,8%
Porto Vale de Cavaleiros	64.548	60.997	3.551	5,8%
Porto Tarrafal	22.261	21.065	1.196	5,7%
Porto Inglês	11.795	9.897	1.898	19,2%
Porto Furna	15.086	12.259	2.827	23,1%
TOTAL	2.334.079	2.075.267	258.812	12,5%

O movimento global de mercadorias, incluindo combustíveis movimentados em pipelines e sea lines, atingiu, no período em análise, 2.334.079 toneladas, registando-se um crescimento sustentado de 12,5% face ao mesmo período do ano anterior, o que traduz um aumento em termos absolutos de 258.812 toneladas de mercadorias.

Tanto o tráfego de longo curso como o de cabotagem apresentaram uma evolução positiva, registando, respectivamente, uma variação percentual de 12,4% e 12,6%, em relação ao ano de 2016.

Movimento de Mercadorias				
Navios	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
	UNID. TON			
Longo Curso	1.359.970	1.210.266	149.704	12,4%
Cabotagem	974.109	865.000	109.109	12,6%
Total	2.334.079	2.075.267	258.812	12,5%

• **Movimento de Mercadorias - Tráfego de Longo Curso**

Em 2017, os portos nacionais, no seu conjunto, movimentaram 1.359.970 toneladas de mercadorias provenientes de portos estrangeiros, o que representa um acréscimo, em termos absolutos, de 149.707 toneladas em relação ao período homólogo de 2016.

Analisando o movimento de mercadorias por modo de acondicionamento da carga, constata-se que houve um crescimento das cargas contentorizadas, granel líquido e sólido, e uma diminuição da carga geral, sacaria e carga em trânsito.

Movimento de Mercadorias – Tráfego de Longo Curso por Grupo				
Grupos de Mercadorias	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
	UNID. TON			
Carga Geral	150.308	187.282	-36.974	-19,7%
Contentorizada	471.295	368.433	102.862	27,9%
Granel Líquido	397.589	322.044	75.545	23,5%
Granel Sólido	163.808	154.133	9.675	6,3%
Sacaria	176.906	177.587	-681	-0,4%
Carga em Trânsito	63	784	-721	-92,0%
Total	1.359.970	1.210.263	149.707	12,4%

• **Movimento de Mercadorias - Tráfego de Cabotagem**

No conjunto dos portos nacionais, movimentaram-se 974.109 toneladas de mercadorias de cabotagem. O movimento de mercadorias do comércio interno evidenciou um crescimento face ao período homólogo de 2016 (+12,6%). Tanto a mercadoria carregada como a descarregada e o movimento de graneis líquidos registaram crescimento.

Movimento de Mercadorias - Tráfego de Cabotagem				
	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
	UNID. TON			
Carga	338.522	295.128	43.394	14,7%
Descarga	348.118	294.566	53.552	18,2%
Granel Líquido	287.469	275.306	12.163	4,4%
Total	974.109	865.000	109.109	12,6%

O Porto Grande manteve a sua posição de liderança neste segmento de tráfego. O movimento de mercadorias de cabotagem com origem e destino neste porto totalizou 282.979 toneladas, apresentando um acréscimo de 4,4% face ao mesmo período do ano de 2016, conforme o quadro apresentado abaixo.

Movimento de Mercadorias de Cabotagem nos Portos Nacionais				
Portos	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
	UNID. TON			
Porto Grande	282.979	271.184	11.795	4,4%
Porto da Praia	284.278	234.310	49.968	21,3%
Porto de Palmeira	139.870	117.366	22.504	19,2%
Porto Sal-Rei	60.489	50.351	10.138	20,1%
Porto Novo	119.017	109.303	9.714	8,9%
Porto Vale de Cavaleiros	44.959	45.133	-174	-0,4%
Porto Tarrafal	16.879	16.717	162	1,0%
Porto Inglês	10.995	8.893	2.102	23,6%
Porto Furna	14.643	11.744	2.899	24,7%
TOTAL	974.109	865.001	109.108	12,6%

JA


Somente o Porto de Vale de Cavaleiros apresentou uma evolução desfavorável face ao período homólogo do ano anterior. O Porto da Praia manteve a tendência positiva dos últimos dois anos, registando um movimento de 284.278 toneladas, traduzindo um crescimento de 21,3%.

• **Movimento de Contentores**

Em 2017, movimentaram-se nos Portos de Cabo Verde 75.795 TEUS, um aumento de 19,9% comparativamente ao ano de 2016.

Em toneladas movimentadas em contentores, o acréscimo foi de 160.917 toneladas (+29,4%), comparando com o período homólogo de 2016, atingindo um total de 708.776 toneladas.

Movimento de Contentores nos Portos Nacionais								
Portos	Ano 2017		Ano 2016		Variação 17/16			
	TON	TEU	TON	TEU	TON		TEU	
Porto Grande	195.485	20.618	131.118	16.860	64.367	49,1%	3.758	22,3%
Porto da Praia	390.205	41.330	310.235	33.140	79.970	25,8%	8.190	24,7%
Porto de Palmeira	71.237	8.039	65.266	8.106	5.971	9,2%	-67	-0,8%
Porto Sal-Rei	41.926	4.567	32.399	4.011	9.527	29,4%	556	13,9%
Porto Novo	2.075	314	1.718	244	357	20,8%	70	28,7%
Porto Vale de Cavaleiros	7.386	802	6.632	753	754	11,4%	49	6,5%
Porto Tarrafal	0	8	0	0	0	0,0%	8	0,0%
Porto Inglês	0	0	0	0	0	0,0%	0	0,0%
Porto Furna	462	117	492	110	-30	-6,1%	7	6,4%
TOTAL	708.776	75.795	547.859	63.224	160.917	29,4%	12.571	19,9%

Fazendo uma análise, tendo em conta o tráfego de cabotagem e de longo curso, encontramos os seguintes dados:

Movimento de Contentores – Tráfego de Cabotagem								
	Ano 2017		Ano 2016		Variação 17/16			
	TON	TEU	TON	TEU	TON		TEU	
Carregados	80.091	7.069	46.486	4.769	33.784	72,30%	2.300	48,20%
Descarregados	72.636	7.164	47.675	4.780	24.961	52,40%	2.384	49,90%
Transbordo	0	44	0	35	0	0,00%	9	25,70%
Total	152.727	14.277	94.161	9.584	58.745	62,20%	4.693	49,00%

Movimento de Contentores – Tráfego de Longo Curso								
	Ano 2017		Ano 2016		Variação 17/16			
	TON	TEU	TON	TEU	TON		TEU	
Carregados	105.178	30.283	71.266	26.212	33.911	47,6%	4.071	15,5%
Descarregados	450.701	30.768	382.354	26.984	68.347	17,9%	3.784	14,0%
Baldeação	170	313	78	289	92	117,9%	24	8,3%
Transbordo	0	154	0	155	0	0,0%	-1	-0,6%
Total	556.049	61.518	453.698	53.640	102.350	22,6%	7.878	14,7%

• **Movimento de Cruzeiros**

O ano de 2017, contrariamente aos últimos 4 anos, registou uma diminuição de 25,2% em relação ao número de escalas de navios de cruzeiro nos Portos de Cabo Verde, com um decréscimo acentuado do número de passageiros do tráfego de cruzeiros (-51,5%), com um total de 37.550 passageiros.

Movimento de Navios de Cruzeiro								
Portos	Ano 2017		Ano 2016		Variação 17/16			
	Nº Navios	PAX	Nº Navios	PAX	Nº Navios		PAX	
Porto Grande	37	22.802	56	48.627	-19	-33,9%	-25.825	-53,1%
Porto da Praia	25	11.914	37	22.846	-12	-32,4%	-10.932	-47,9%
Porto de Palmeira	4	338	6	634	-2	-33,3%	-296	-46,7%
Porto Sal-Rei	5	1.081	6	2.026	-1	-16,7%	-945	-46,6%
Porto Novo	9	570	6	881	3	50,0%	-311	-35,3%
Porto Vale de Cavaleiros	6	339	7	1.429	-1	-14,3	-1.090	-76,3%
Porto Tarrafal	5	316	5	557	0	0,0%	-241	-43,3%
Porto Inglês	3	147	4	423	-1	-25,0%	-276	-65,2%
Porto Furna	1	43	0	0	1	---	43	---
TOTAL	95	37.550	127	77.423	-32	-25,2%	-39.873	-51,5%

• **Movimento de Passageiros**

Quanto ao movimento de passageiros, 2017 ficou marcado por uma diminuição em relação aos últimos anos. O movimento total de passageiros foi de 873.866, o que traduz um decréscimo de 3,2% face ao ano anterior (903.127). Esta diminuição foi motivada pela descida acentuada do número de passageiros do tráfego de cruzeiros (-51,5%), com um total de 37.550 passageiros.

Cabe ressaltar que o tráfego de passageiros de cabotagem manteve a evolução positiva, embora ligeira, de 1%, com um total de 838.736 passageiros.

Movimento de Passageiros				
	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
Desembarque	406.458	408.768	-2.310	-0,6%
Embarque	419.589	404.919	14.670	3,6%
Trânsito	47.819	89.440	-41.621	-46,5%
Total	873.866	903.127	-29.261	-3,2%

Na análise do tráfego de passageiros por portos, destaca-se uma quebra de -46,7% no Porto de Sai-Rei e um crescimento de 67,7% no Porto Inglês. Todos os restantes portos, com excepção do Porto da Furna e Porto Novo, apresentaram decréscimos face ao período homólogo do ano de 2016.

Movimento de Passageiros nos Portos Nacionais				
Portos	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
Porto Grande	350.213	367.858	-17.645	-4,8%
Porto da Praia	85.518	95.712	-10.194	-10,7%
Porto de Palmeira	9.939	13.177	-3.238	-24,6%
Porto Sal-Rei	6.038	11.333	-5.295	-46,7%
Porto Novo	301.813	297.730	4.083	1,4%
Porto Vale de Cavaleiros	48.012	53.391	-5.387	-10,1%
Porto Tarrafal	15.700	20.763	-5.063	-24,4%
Porto Inglês	31.751	18.933	12.818	67,7%
Porto Furna	24.882	24.222	660	2,7%
TOTAL	873.866	903.119	-29.261	-3,2%

• **Movimento de Navios Internacionais de Pesca**

No período em análise, comparativamente a 2016, o Porto Grande registou 324 escalas de navios pesqueiros (+18,7%) e movimentou 28.436 toneladas de pescado (-34,7%).

Movimento de Navios Internacionais de Pesca				
	Ano 2017	Ano 2016	Variação 17/16	
Quantidade	324	273	51	18,7%
Arqueação Bruta (GT)	205.889	184.459	21.430	11,6%
Transbordo de Peixe				
Contentor 20'	21	37	-16	-43,2%
Contentor 40'	376	377	-1	-0,3%
TON's	28.436	43.549	-15.113	-34,7%
TEU's	773	874	-101	-11,6%

An aerial photograph of a port facility. In the foreground, a multi-lane road curves around a large, paved container yard filled with stacks of colorful shipping containers. To the left of the yard is a large, modern building with a prominent orange and white facade. The port extends into a blue body of water, with several ships and a long pier visible. In the background, a range of mountains is visible under a clear sky. In the bottom right corner, a small beach with white sand and turquoise water is visible. The text '4. ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES' is overlaid in white on the right side of the image.

4. ENQUADRAMENTO DAS ACTIVIDADES

4.1. COMERCIAL E MARKETING

O ano de 2017 fica marcado como um dos melhores anos a nível comercial e financeiro, voltando-se a ultrapassar a marca de dois milhões de toneladas de mercadorias movimentadas nos Portos de Cabo Verde.

Faturação Anual da ENAPOR 2017

Fazendo uma análise da facturação da Empresa em 2017, pode constatar-se um aumento de 3,65% em relação ao ano de 2016, cifrando-se este valor em 3.019.771 contos, a maioria proveniente da movimentação de mercadorias nos portos. Os clientes top-40 representaram 73% deste valor, cerca de 2.209.743 contos, assumindo grande relevância na formação dos rendimentos globais da Empresa.

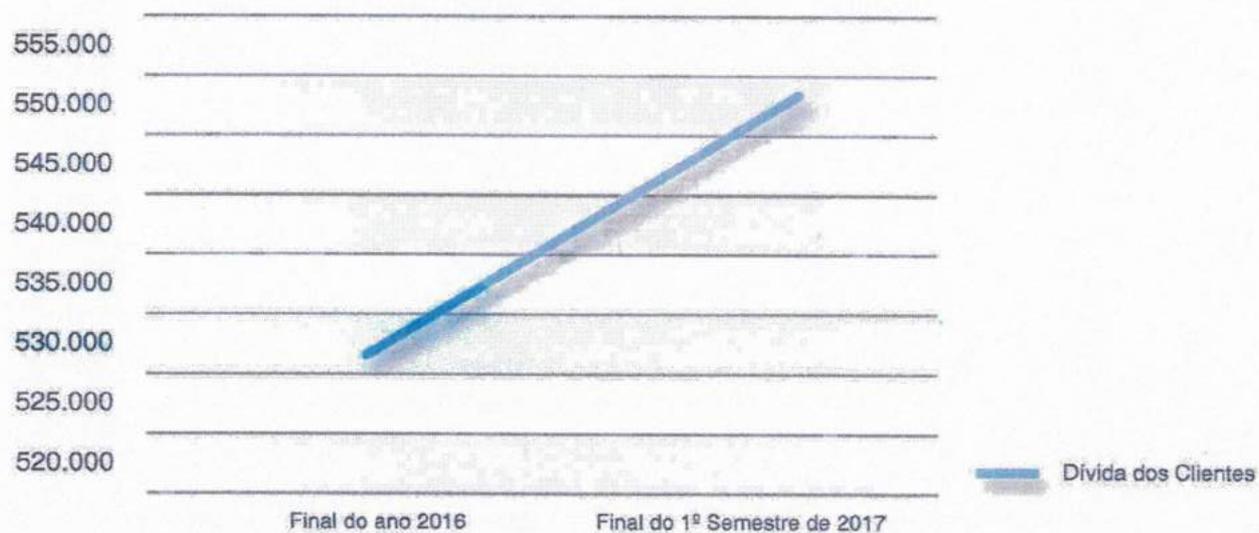


J.F.
[Assinatura]
[Assinatura]

Análise da situação de dívida dos Clientes

A Empresa iniciou o ano de 2017 com uma situação de dívida preocupante, cifrando-se o valor total da dívida dos clientes nos 530.920 contos, sendo o sector público responsável por 26% desse valor e o sector privado responsável pelos restantes 74% (na sua maioria, com uma antiguidade elevada, ultrapassando os 90 dias). Durante o primeiro semestre do ano, esta dívida ainda aumentou, chegando a alcançar o valor de 551.343 contos.

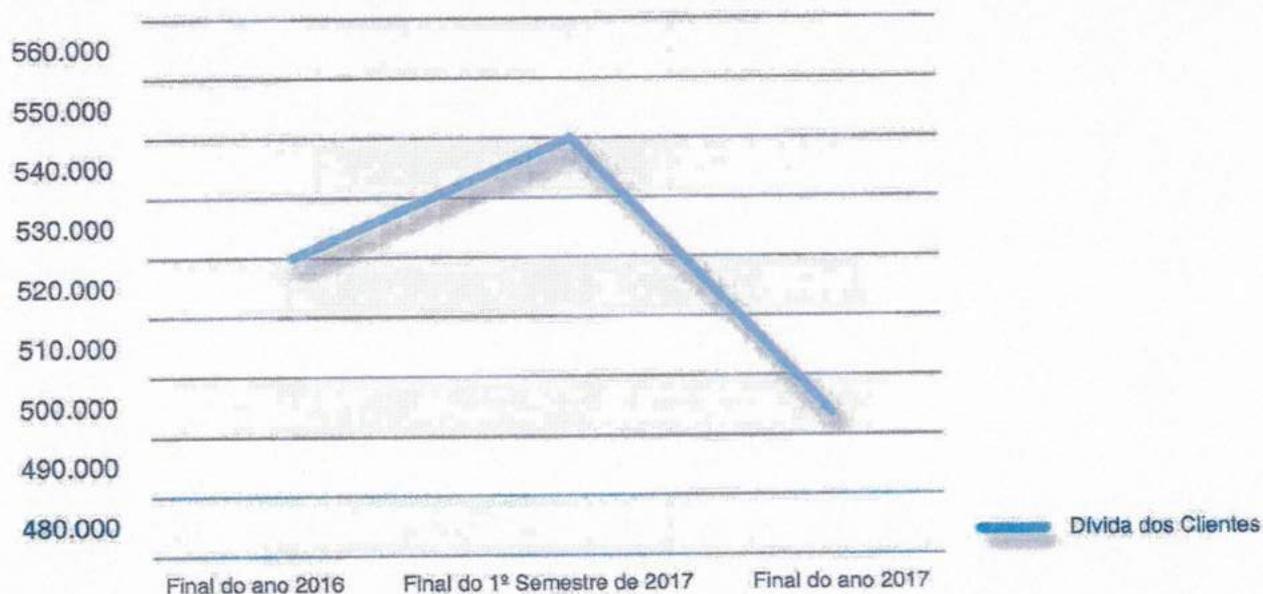
Dívida dos Clientes



Handwritten signature and initials.

Esta tendência de crescimento veio a reverter-se no segundo semestre, fechando o ano de 2017 com o valor total de dívida dos clientes nos 504.064 contos, uma diminuição de 8,5% em seis meses.

Dívida dos Clientes



Foi possível alcançar estes resultados devido ao contínuo acompanhamento de cada caso de dívida dos clientes com dívidas de valores elevados, através da comunicação constante com envio de notas, alertando-os da situação de incumprimento para com a ENAPOR, do estabelecimento de novos acordos para o pagamento das dívidas em atraso, e da nomeação de gestores de controlo de créditos.

Nova Política de Créditos e Cobrança da ENAPOR

Como já se referiu anteriormente, a situação de dívida da ENAPOR suscitava alguma preocupação, pois, ao invés de as dívidas dos clientes diminuírem, tendiam a aumentar. Este aspecto levou à necessidade de repensar a política de créditos e cobrança em vigor, até então, na Empresa, de modo a criar uma nova política que permitisse ter um maior controlo sobre os créditos concedidos aos clientes e fazer a cobrança eficaz das dívidas.

Sendo assim, procedeu-se à elaboração da proposta de uma nova política de créditos e cobrança, assente nos seguintes pressupostos:

A nova política de créditos e cobrança entrou em vigor no dia 5 de Janeiro de 2018, devendo ser seguida por todas as estruturas portuárias do país.

- estreita cooperação entre todos os intervenientes no processo de cadastro de clientes, atendimento de requisições, prestação de serviços e cobrança de dívidas;
- diminuição do prazo de pagamento das facturas de armadores, agentes marítimos e carregadores para 15 dias;
- cessação da concessão de créditos por meio de plafonds aos clientes;
- prestação de serviços a armadores, agentes marítimos e carregadores somente mediante apresentação prévia de garantia bancária ou seguro-caução.

Acções de Marketing, Comunicação e Relações Públicas

O ano de 2017 distinguiu-se pela realização de várias acções de marketing na Empresa, divididas em:



A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. J. A.' or similar, located in the bottom right corner of the page.

I. Acções de Marketing Interno

O público interno é um dos factores de sucesso das empresas e necessita de ser motivado e envolvido de modo a que a mensagem que se transmite sobre a empresa seja resultante de um trabalho sólido e coeso dos seus colaboradores.

Ciente disto, a ENAPOR, durante o ano de 2017, realizou diversas actividades direccionadas para o seu público interno:

- **Jornadas Portuárias**

Em substituição do tradicional encontro das estruturas portuárias do país, realizaram-se as Jornadas Portuárias. Sob o lema "Sistema Portuário: do Tradicional ao Moderno", as primeiras Jornadas Portuárias aconteceram na ilha do Sal, nos dias 27 e 28 de Março, e contaram com a presença de todas as chefias das diferentes estruturas, visando uma maior aproximação e oportunidades para todos os portos.



- **Dia Internacional da Mulher**

O Dia Internacional da Mulher foi celebrado em todas as estruturas da Empresa, tendo sido elaborado um programa de actividades para festejar o dia e lembrar o importante papel da mulher na nossa sociedade.

- **Dia do Trabalhador – 1 de Maio**

Em comemoração ao Dia do Trabalhador, foram realizadas diversas actividades em todas as estruturas portuárias do país.

- **Festa de Natal – Crianças ENAPOR**

Realizou-se, no dia 16 de Dezembro, a habitual festa de Natal destinada a todas as crianças, filhos dos colaboradores da ENAPOR.

Handwritten signature and initials in black ink, located in the bottom right corner of the page. The signature appears to be 'A. D.' with a stylized flourish below it.

II. Acções de Marketing e Reforço da Imagem a Nível Nacional

Um dos grandes objetivos da ENAPOR é o reforço do relacionamento com as comunidades locais, espalhadas por todo o país.

Sendo assim, a proximidade com as comunidades locais é uma das vertentes estratégicas pertinentes que contribuem fortemente para a criação, desenvolvimento e manutenção desse relacionamento e para o contínuo sucesso da Empresa no mercado.

Durante o ano de 2017, foram desenvolvidas várias acções de marketing com o intuito de reforçar a imagem da ENAPOR a nível nacional, entre as quais se destacam:

- **Comemoração do 35º aniversário da ENAPOR**

Com o propósito de se comemorar os 35 anos de existência da Empresa, foi elaborado um extenso programa de actividades dirigidas aos colaboradores, clientes, parceiros e público em geral, com palestras, actividades lúdico-recreativas, exposições, etc.



24
E

• **Encontro da Comunidade Portuária**

Enquadrado nas actividades comemorativas do seu 35.º aniversário, a ENAPOR realizou no Mindelo, no dia 19 de Outubro de 2017, o III Conselho das Comunidades Portuárias de Cabo Verde, sob o lema “Do Sistema Portuário Tradicional ao Moderno”. Tratou-se de uma oportunidade para debater temas relevantes para o negócio portuário, tendo como objectivo a prestação de um serviço de qualidade ao cliente em todos os domínios portuários e logísticos.



• **Gala Cliente ENAPOR 2017**

Visando reconhecer e premiar o bom desempenho comercial, promover um relacionamento de proximidade com os clientes, bem como um ambiente de negócios portuário mais competitivo, a ENAPOR realizou no Mindelo, no dia 14 de Novembro de 2017, a Gala Cliente ENAPOR – 2017.

Durante a gala, foram distinguidos os melhores clientes nas seguintes categorias:

Melhor Armador: Polar

Melhor Agente: Pmar

Melhor Carregador: Cimpor

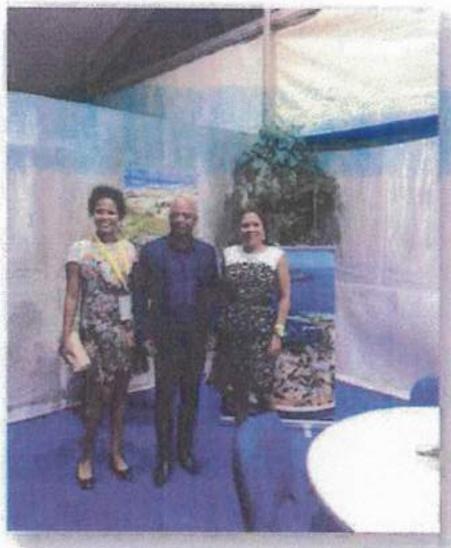
Prémio Benemérito: N/M Mar Liso

A handwritten signature or set of initials in black ink, located on the right side of the page.



• **Cabo Verde Tourism Awards 2017**

Os portos nacionais co-patrocinaram o Cabo Verde Tourism Awards, evento organizado pelo Ministério da Economia e Emprego na ilha do Sal, com o objectivo de premiar pessoas e instituições com os melhores resultados no sector do turismo em Cabo Verde.



A handwritten signature in black ink, consisting of a stylized 'J' followed by a horizontal line and a circular flourish.

• **Expomar 2017**

A ENAPOR – Portos de Cabo Verde participou, na qualidade de expositor, na VI Edição da Feira Expomar, actividade económica ligada ao mar, sob o lema “Economia azul, um mar de oportunidades”, realizada de 20 a 22 de Outubro na cidade do Mindelo, ilha de São Vicente.

Durante os 3 dias da feira, aproveitou-se a oportunidade para se estabelecer contactos com clientes, parceiros económicos e a comunidade.

A ENAPOR apresentou um stand temático inovador, com um atrelado, cabeços e cabos de amarração para navios e outros elementos importantes que fazem parte do dia-a-dia das operações portuárias.



- **Feira Internacional de Cabo Verde - FIC 2017**

Iniciou-se, no dia 15 de Novembro de 2017, a 21.ª edição da Feira Internacional de Cabo Verde sob o lema "Cabo Verde, um *hub* para a África Ocidental". Como não poderia deixar de ser, a ENAPOR esteve, mais uma vez, presente com um stand institucional, para expor a sua imagem e partilhar informações sobre os Portos de Cabo Verde com clientes, parceiros e a comunidade local.



Handwritten signature or initials in black ink, consisting of a stylized 'JA' above a large, flowing signature.

III. Acções de Marketing e Reforço da Imagem a Nível Internacional

O ambiente internacional conheceu nos últimos tempos consideráveis modificações estruturais com o desenvolvimento dos meios de comunicação e a crescente intensidade concorrencial, tendo reflexos directos na postura das empresas que se querem posicionar de forma proactiva nos mercados em que actuem.

Sendo o turismo de cruzeiros um segmento estratégico para a ENAPOR, a Empresa participou, durante o ano de 2017, no Seatrade Global Cruise, em Miami, e no Seatrade Med, em Hamburgo, levando Cabo Verde além-fronteiras como um destino turístico, para lá de todas as informações sobre os portos que ligam o país.



Handwritten signature and initials.

4.2. RECURSOS HUMANOS

Durante o ano de 2017, nas vertentes administrativa e de recursos humanos, trabalhou-se na implementação de políticas e projectos específicos em gestão estratégica e operacional dos recursos humanos, e deu-se continuidade à implementação corporativa de gestão e administração dos recursos humanos em todos os portos e demais estruturas da Empresa.

As actividades visaram incrementar os índices motivacionais e as condições profissionais e sociais dos trabalhadores, assim como melhorar os índices de produtividade.

Caracterização do Efetivo

Ao longo de 2017, foram admitidos, com contrato por tempo determinado (CDT) de mais de 3 meses de duração, 14 profissionais nas mais diversas áreas.

No final de 2017, com a entrada, saída e transferência de pessoal, a ENAPOR contava com um total de 399 colaboradores do quadro, distribuídos pelas diferentes estruturas da Empresa.

Estruturas	Mulheres	Homens	Total
Administração Central	17	21	38
Administração do Porto Grande	23	106	129
Administração do Porto da Praia	29	115	144
Direção do Porto da Palmeira	7	23	30
Direção do Porto de Sal Rei	2	6	8
Direção do Porto Vale Cavaleiros	2	9	11
Direção do Porto Novo	3	10	13
Direção do Porto de Tarrafal	3	6	9
Direção do Porto Inglês	1	8	9
Direção do Porto de Furna	2	6	8
Total	89	310	399

Em relação à mão-de-obra portuária, no final de 2017, a Empresa contava com 520 colaboradores.

Estruturas	Mulheres	Homens	Total
Administração do Porto Grande	0	156	156
Administração do Porto da Praia	0	210	210
Direção do Porto da Palmeira	0	32	32
Direção do Porto de Sal Rei	1	12	13
Direção do Porto Vale Cavaleiros	0	20	20
Direção do Porto Novo	0	13	13
Direção do Porto de Tarrafal	0	42	42
Direção do Porto Inglês	0	20	20
Direção do Porto de Furna	0	14	14
Total	1	519	520

Com o compromisso de auxiliar recém-formados no desenvolvimento das suas competências técnicas e proporcionar-lhes uma experiência laboral, foram admitidos, como estagiários, 37 técnicos de diversas áreas.

Formação e Capacitação

Considerando a formação um instrumento de desenvolvimento de competências necessárias à concretização dos objectivos estratégicos da Empresa, para 2017, a ENAPOR programou a realização de cerca de 40 acções formativas, sendo que, até ao final do período em análise, foi realizado, entre formações programadas e não programadas, um total de 48 acções formativas, com 270 participações (com colaboradores das 10 estruturas) e uma carga horária geral de 926 horas.

Formação 2017	Número de Acções Formativas	Número de Participações	Carga Horária
Internas/Empresa	4	111	260,00
Externa/Nacional	26	143	288,00
Externa/Internacional	10	16	378,00
Total	40	270	926,00

4.3. SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

No que se refere aos sistemas de informação, durante o ano de 2017, foram levadas a cabo várias actividades com o intuito de se continuar a elevar o nível de exploração dos vários sistemas implementados e, de forma segura e consistente, ir suprindo as novas necessidades de informatização da Empresa, tendo em conta dois grandes grupos:

- Gestão de Aplicações de Negócio
- Gestão de Infra-Estrutura de Redes e Comunicação

Gestão de Aplicações de Negócio

- Integração Janela Única portuária (JUP) e *Sydonia World*

Com o objectivo de disponibilizar, atempadamente, informações sobre os processos de navios e de mercadorias, as equipas da ENAPOR e das alfândegas desenvolveram a integração entre os sistemas JUP e *Sydonia World*, permitindo otimizar e aumentar a eficiência e a eficácia na prestação de serviços por parte de todas as estruturas portuárias do país.

- Funcionalidades da JUP para a aplicação do Decreto-Lei nº 19/2016

De acordo com o Decreto-Lei n.º 19/2016, Cabo Verde passou a fazer parte da convenção para a facilitação do tráfego marítimo – Convenção FAL, que visa uniformizar os formulários/informações necessários que são entregues para a chegada dos navios, através dos formulários padronizados FAL OMI. Estes formulários padronizados já estão disponíveis na JUP da ENAPOR, prontos para produção.

- Implementação do Modelo de Gestão de Pequenas Encomendas

Com o objectivo de dotar a ENAPOR de um sistema de gestão de pequenas encomendas nos armazéns, permitindo aumentar a eficiência, reduzir o tempo de resposta aos clientes, diminuir o tempo de execução de várias tarefas, assim como controlar as mercadorias que entram e saem, procedeu-se à implementação do Modelo de gestão de Pequenas Encomendas no Porto Grande. Prevê-se a sua implementação nos outros portos do país durante o ano de 2018.

- Integração entre o Primavera e o Sisqual

Assumindo o Porto Grande como porto-piloto, deu-se início ao processo de integração entre o Primavera e o Sisqual, o que irá permitir um maior controlo, de forma automatizada, na contabilização das horas extra e das faltas dos colaboradores.

Gestão de Infra-Estrutura de Redes e Comunicação

Com os meios disponíveis em termos de recursos humanos e de ferramentas informáticas, realizaram-se as acções necessárias de monitorização, manutenção preventiva e correctiva da infra-estrutura da rede de dados, voz e de comunicação e dos serviços corporativos, com o propósito de conferir maior eficiência e eficácia aos sistemas implementados, garantindo a sua operacionalidade e disponibilidade. Entre estas, destacam-se:

- monitorização do funcionamento da infra-estrutura de rede de dados e de comunicação na ENAPOR e correcção das falhas detectadas;
- disponibilização dos serviços de Correio Electrónico, Site Institucional da ENAPOR, Comunicações VOIP e Videoconferência;
- realização de cópias de segurança de toda a informação corporativa, de acordo com a periodicidade definida e recomendada pela auditoria de segurança de informação;
- actualização dos postos de trabalho com pacotes de segurança da Microsoft;
- protecção dos servidores, sistemas de correio e postos de trabalho com sistema de antivírus;
- protecção do perímetro (físico e lógico) da rede informática da ENAPOR e controlo do seu acesso;
- reestruturação da rede de dados no Porto Grande.

4.4. GESTÃO DAS CONCESSÕES

Com o alargamento do objecto e âmbito estatutário da Empresa, incumbe, actualmente, à ENAPOR a responsabilidade de gerir todas as concessões e subconcessões nas zonas de jurisdição portuária, visto que a posição contratual do Estado nessas concessões foi, por força do Decreto-Lei n.º 31/2015 e do Contrato de Concessão Geral, transferida para a ENAPOR, sendo subconcessionárias as seguintes entidades:

- CIMPOR Cabo Verde, S.A;
- ARFA – Silos Portuários do Porto Grande e do Porto da Praia;
- SILOS MARANGATU – Projeto Ilha Verde;
- CABNAVE;
- ONAVE;
- ATUNLO Cabo Verde, S.A;
- FCPCI – Frescomar Complexo de Pesca da Cova Inglesa;
- ENACOL,S.A;
- Marina Mindelo, Lda;
- SFCM – Sport Fishing Clube do Mindelo.

O total das rendas facturadas por alocação de espaços portuários, em 2017, ascendeu ao valor de 75.529 contos.

Ao longo do ano, estiveram em curso processos de negociação e revisão de vários contratos de subconcessão, entre os quais destacamos: a Fábrica de Gelo, no Porto Novo; a Marina do Mindelo; o Pontão da Marina, em Palmeira; o Pontão da Marina, em Sal-Rei; a ATUNLO; e a FCPCI, em São Vicente.

Conscientes das responsabilidades que a ENAPOR passou a assumir na sua nova condição de Concessionária Geral dos Portos de Cabo Verde, criou-se, em Abril de 2017, a Unidade de Gestão e de Monitorização dos Contratos de Concessão e Subconcessão (UGMC), que tem intervenção a dois níveis:

- I. na supervisão e monitorização quotidianas do contrato de concessão geral outorgado entre o Estado de Cabo Verde e a ENAPOR, S.A.;
- II. na gestão dos contratos de subconcessão e monitorização do desempenho de cada subconcessão.

A UGMC reuniu-se quatro vezes no decurso do ano, tendo sido uma das reuniões dedicada especificamente à análise do Plano de Actividades e do Modelo de Monitorização da Concessão Geral recebidos da Agência Marítima e Portuária.



5. O NEGÓCIO DE CRUZEIROS

O negócio de cruzeiros em Cabo Verde tem assumido um papel de grande importância para o desenvolvimento económico do país.

Nos últimos 3 anos, escalaram os portos nacionais mais de 350 navios de cruzeiro, transportando mais de 200.000 excursionistas, provenientes, na sua maioria, de países europeus.

Contrariamente à tendência de crescimento registada nos últimos anos, no ano de 2017, verificou-se uma diminuição de 25,2% em relação ao número de escalas de navios de cruzeiro nos portos nacionais, com menos 39.873 passageiros do que no período homólogo de 2016.

Tráfego de Cruzeiros em Cabo Verde		
Ano	Escala	Passageiros
2014	109	68.567
2015	136	66.931
2016	127	77.423
2017	95	37.550



[Handwritten signature]

Os factores que estão na base desta diminuição estão a ser analisados, sendo certo que a ENAPOR, juntamente com outras associações da área, tem trabalhado no sentido de dinamizar o mercado de cruzeiros em Cabo Verde, contribuindo, assim, para o aumento da economia do país.

A ENAPOR é membro da *Cruise Atlantic Islands (CAI)*, uma associação que se vem afirmando de forma consistente, articulada e com uma estratégia vincada na promoção do corredor atlântico das ilhas da Macaronésia como destino integrado, complementar e diversificado para os turistas de cruzeiros.

Transformar a região da Macaronésia num destino atractivo de turismo de cruzeiros proporcionará a Cabo Verde um impacto económico e social muito positivo, que se traduzirá em:

- aumento de escalas de navios;
- aumento do número de turistas;
- consolidação do eixo "Ilhas da Macaronésia" na indústria global do turismo;
- construção do eixo "Costa Ocidental Africana", com epicentro em Cabo Verde;
- criação de emprego;
- aumento dos gastos globais de navios, cruzeiristas e tripulantes;
- potenciação de pequenos negócios e fortalecimento do sector privado;
- aumento particular de rendimentos na exploração portuária, *bunkering*, transportes, *shipchandler*, etc.;
- outros benefícios económicos directos e indirectos para a economia das cidades.

27
/

Cientes deste impacto para a economia do país, o Governo de Cabo Verde, conjuntamente com a ENAPOR apresentaram, no final do ano 2017, o projeto Terminal de Cruzeiros do Mindelo, com o objetivo de transformar Cabo Verde num destino atrativo de navios cruzeiros, orçamentado em 27.950.500 Euros.

Este projeto terá como financiadores a OFIP - Fundo OPEP para o Desenvolvimento Internacional (55%), o Governo de Cabo Verde (10%) e 35% a fundo perdido, através do programa de cooperação Holandesa "ORIO".

Características Técnicas do Projeto

- Um berço de atracação de 400m e 11m de profundidade;
- Um berço de atracação de 450m e 9,5m de profundidade;
- Largura de cais de 12m;
- Uma gare de passageiros;
- Uma vila turística;
- Uma zona de imobiliária;
- Um parque de estacionamento.



Projecto Terminal de Cruzeiros do Mindelo

A handwritten signature in black ink, consisting of several stylized, overlapping loops and lines.

An aerial photograph of a port facility. In the foreground, there is a paved area with several trucks and containers. A road curves along the left side. In the middle ground, there are several buildings, including a large white one with a red roof. In the background, a large ship is docked at a pier, and stacks of colorful shipping containers are visible. The sky is clear and blue. A semi-transparent blue rectangular area is overlaid on the right side of the image, containing white text.

6. SEGURANÇA, SAÚDE E AMBIENTE

Na sequência do compromisso que a ENAPOR vem assumindo, ao longo dos anos, com a segurança, saúde e ambiente, em 2017, foram desenvolvidas algumas actividades com o objectivo de promover a segurança e a saúde nos Portos de Cabo Verde, assim como de garantir a protecção do ambiente e melhores condições de trabalho aos colaboradores e à comunidade em geral.

Segurança

No dia 29 de Junho de 2017, foram enviados à Agência Marítima e Portuária (AMP), para aprovação, no âmbito do ISPS CODE, os Planos de Protecção dos portos certificados, depois de feitas as avaliações e actualizações necessárias.

Foram feitas simulações para testar os Planos de Emergência Interna (PEI) no Porto da Palmeira e no Porto da Praia, e exercícios com extintores no Porto Grande, com o intuito de instruir os colaboradores quanto às precauções que deverão ser tomadas em caso de incêndio.



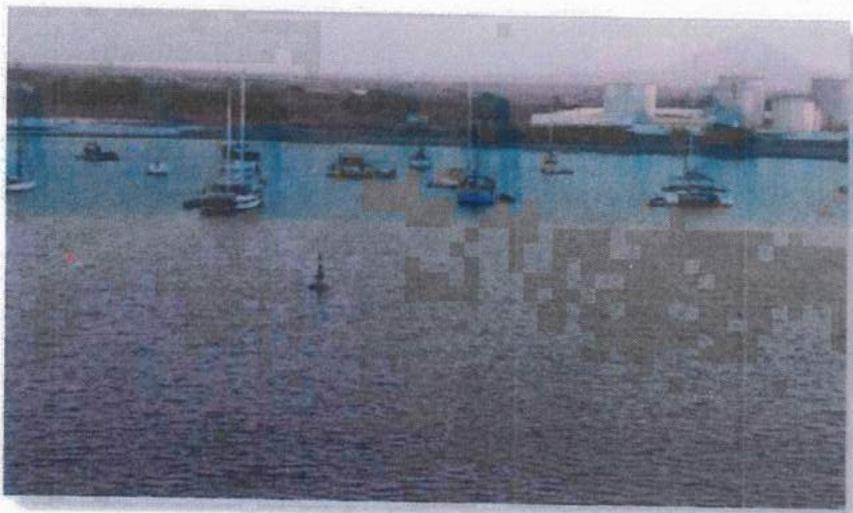
29
/

Está em curso o projecto de actualização dos Planos de Emergência Interna e de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), levado a cabo por uma empresa consultora. A conclusão da 3.ª fase está prevista para o ano de 2018.

Do mesmo modo, foi lançado o Concurso Público N.º 02/GPAC/2017 para a "Contratação de uma Empresa de Segurança Privada", visando, por enquanto, seis dos nove portos do país, para prestar serviço de vigilância, já no âmbito da Lei N.º 50/VII/2009 de 30 de Dezembro e do Decreto Regulamentar N.º 15/2012 de 21 de Junho, do Código ISPS e demais legislações em vigor. A abertura das propostas aconteceu a 27 de Novembro de 2017.

Lançou-se, ainda, no dia 7 de Dezembro de 2017, o Concurso Público N.º 01/GPAC/2017 para o "Estudo/ Fornecimento de Sistemas de CCTV e Controlo de Acessos nos e aos Portos Nacionais".

O Porto da Praia, o Porto da Palmeira e o Porto de Sal-Rei foram contemplados com o sistema de balizagem, inserido nos seus respectivos projectos de expansão e modernização executados durante o ano de 2017.



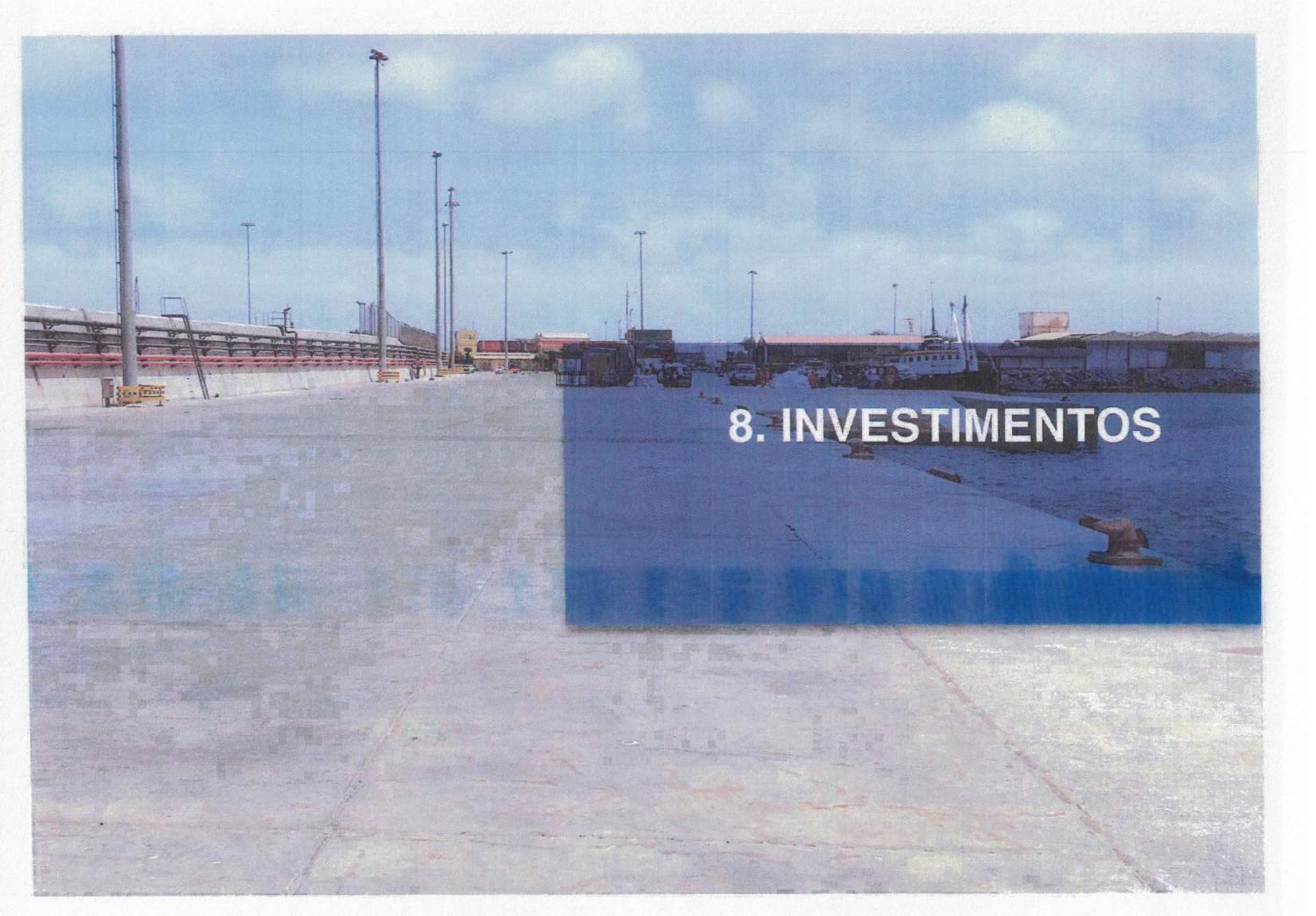
Handwritten signature or initials.

Saúde

Em 2017, à semelhança do que tem acontecido ao longo dos anos, não se registou nenhum caso de doenças epidemiológicas, quer seja autóctone ou importado/contraído.

A Empresa tem criado todas as condições para que se possa garantir a saúde dos seus colaboradores, com postos clínicos nos dois principais portos (visa-se, de futuro, a sua extensão aos demais portos), prestando serviços na área de medicina geral e primeiros socorros.



A wide-angle photograph of an industrial or port facility. The foreground is a large, flat, light-colored concrete or asphalt surface with some faint red lines. In the middle ground, there are several tall, thin light poles and some industrial structures. In the background, there are more buildings, a large white ship docked at a pier, and a cloudy sky. A blue semi-transparent rectangular overlay is positioned on the right side of the image, containing the text "8. INVESTIMENTOS" in white, bold, sans-serif font.

8. INVESTIMENTOS

O primordial objectivo da ENAPOR é reinvestir nas infra-estruturas e equipamentos a fim de melhorar as instalações portuárias, promovendo o desenvolvimento e integração da economia nacional.

Sendo assim, durante o ano de 2017, foram desenvolvidas várias actividades com o intuito de simplificar os processos nos portos do país, nos seus diferentes domínios: produção, transporte, armazenagem, distribuição e outros serviços de valor acrescentado. Entre estes, destacam-se:

- **Reparação da escada rolante da Gare Marítima do Porto Novo**
As fortes chuvas que se fizeram sentir no mês de Setembro do ano de 2016 causaram estragos significativos na Gare Marítima do Porto Novo, cujas reparações custaram 2.669.480 ECV.
- **Correcção da rede de drenagem das águas pluviais em frente à Gare Marítima do Porto Novo**
Com o propósito de evitar danos causados pelas chuvas, prosseguiu-se com a correcção da rede de drenagem das águas pluviais em frente à Gare Marítima do Porto Novo, no valor de 7.120.927 ECV.
- **Remodelação do 2.º piso do edifício de estiva e ampliação da cantina dos estivadores no Porto da Praia**
Com a finalidade de proporcionar melhores condições aos estivadores, foram executadas obras de remodelação do 2.º piso do edifício de estiva e de ampliação e remodelação da cantina dos estivadores no Porto da Praia, no valor de 8.636.830 ECV.



- **Requalificação do pavimento dos cais n.º 2 e n.º 5 e substituição dos cabeços de amarração do Porto Grande**

Devido ao estado degradado em que se apresentavam, e por serem os cais mais utilizados para navios de cruzeiro e circulação de turistas, foram executadas obras de requalificação do pavimento dos cais n.º 2 e n.º 5 e, também, dos maciços do cais n.º 1, de modo a proporcionar melhores condições aos clientes da Empresa.

Os trabalhos tiveram início no mês de Outubro de 2016 e foram concluídos no mês de Agosto de 2017, totalizando um investimento de 50.107.965 ECV.

- **Instalação da bateria de condensadores no Porto da Palmeira**

Na sequência de uma auditoria efectuada ao consumo de energia eléctrica no Porto da Palmeira, foram detectadas perdas técnicas devido ao baixo factor de potência, que implica um consumo excessivo da energia reactiva, o qual, durante o período compreendido entre Dezembro de 2014 e Junho de 2017, contabilizou perdas acumuladas no montante de 3.120.277 ECV.

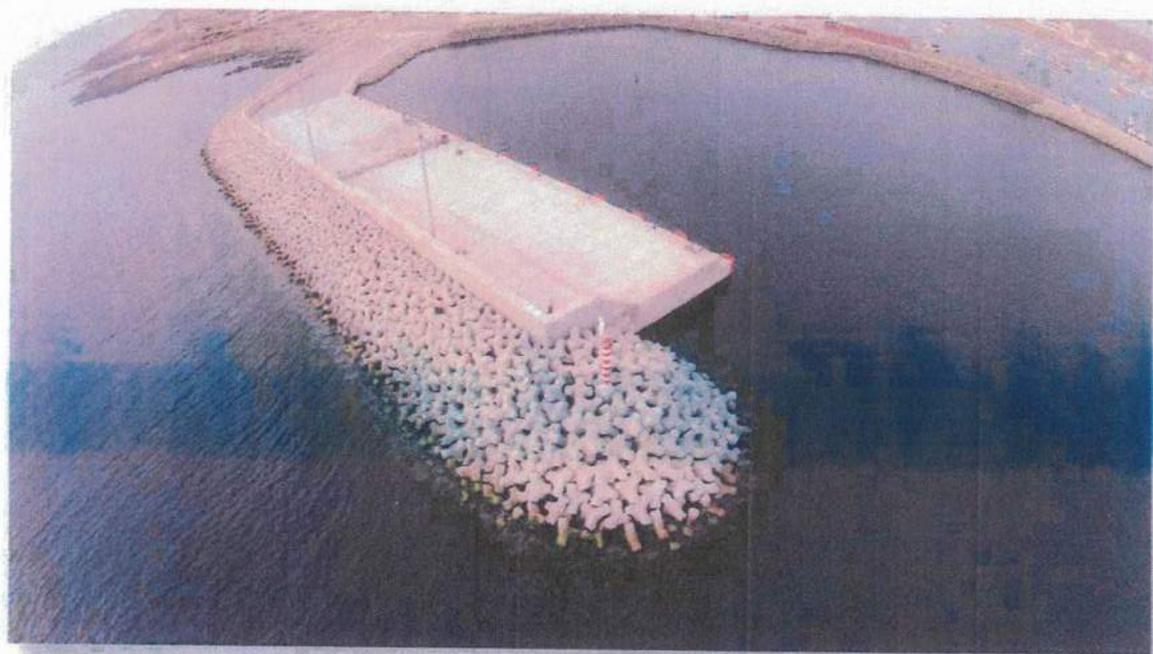
Para resolução dessa situação, procedeu-se à instalação de uma bateria de condensadores de 287,5 kvar, no valor de 937.156 ECV.

- **Equipamentos diversos**

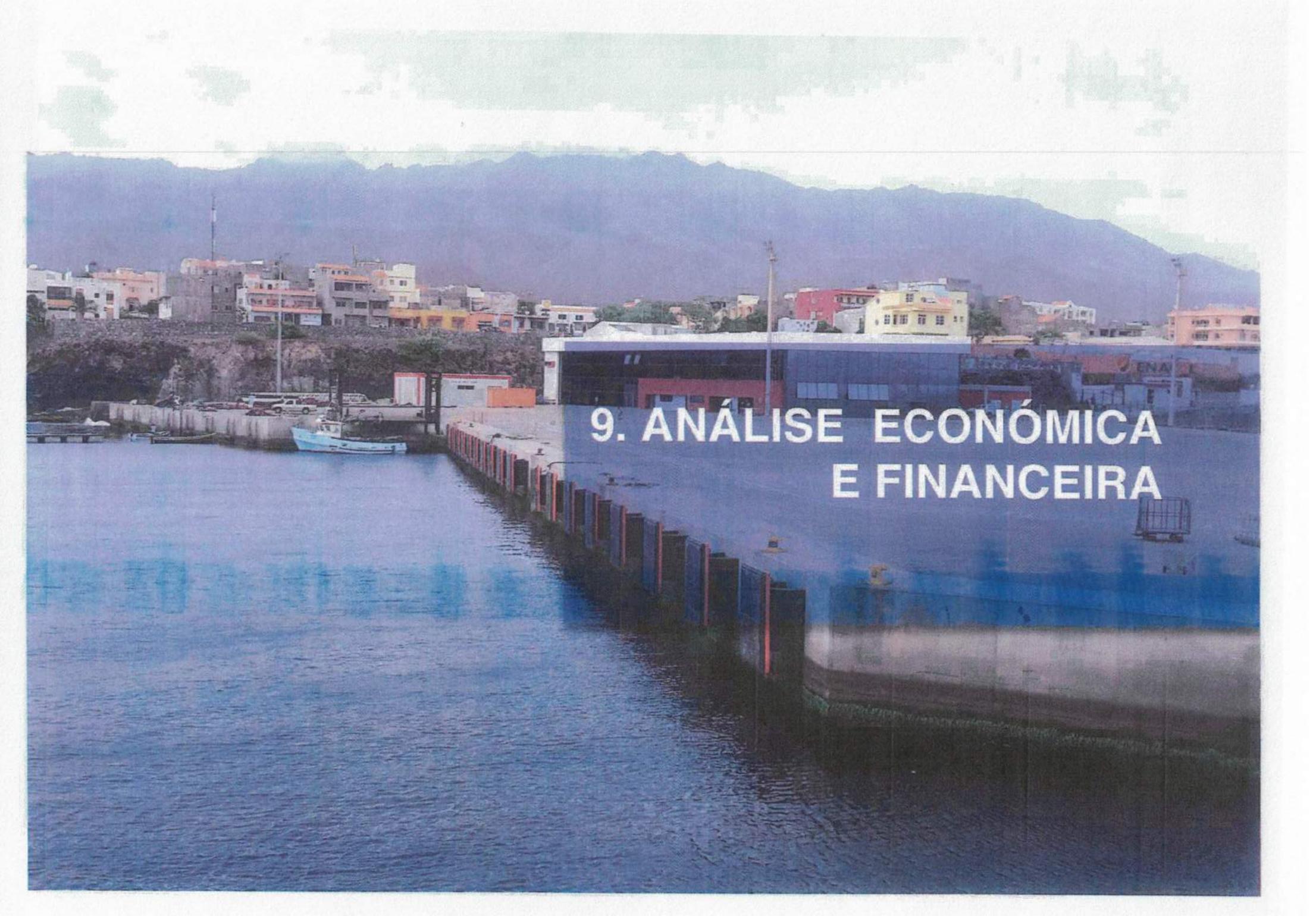
Ainda, como forma de garantir as melhores condições para a prestação de serviços em todos os portos do país, foram adquiridas duas empilhadeiras de 3 toneladas, uma empilhadeira de 5 toneladas, um spreader de 20' semiautomático e apetrechos, uma máquina de montar pneus e uma máquina para prensar tubos.

- **Conclusão das obras de expansão e modernização do Porto da Palmeira – 2.ª fase**

Foram concluídas as obras de expansão e modernização do Porto da Palmeira, orçamentadas em 3.739.710.000 ECV. A cerimónia de inauguração teve lugar no dia 24 de Novembro de 2017, com a presença de Suas Excelências o primeiro-ministro, o ministro dos Assuntos Parlamentares, a ministra das Infra-Estruturas, membros do Conselho de Administração da ENAPOR e representantes de diversas entidades nacionais.



[Handwritten signature]

A photograph of a harbor scene. In the foreground, a long pier with a blue and white structure extends into the water. A small blue boat is docked at the pier. In the background, a town with colorful buildings is built on a hillside, with mountains visible in the distance. The sky is overcast. The text '9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA' is overlaid in white on the right side of the image.

9. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA

Resultado do Exercício

O exercício de 2017 ficou marcado pela consolidação económica e financeira da ENAPOR, em consequência do crescimento do negócio portuário, que teve um impacto significativo no volume de negócios da Empresa (+255,6 mil contos) e, por conseguinte, nos resultados líquidos do exercício (+242,0 mil contos).

O resultado líquido da ENAPOR, no exercício de 2017, atingiu o montante de 429,8 mil contos, registando um acréscimo de 128,8% face ao ano de 2016. Este resultado vem confirmar a contínua trajectória de crescimento dos últimos anos.

O resultado operacional traduziu-se por um aumento de 283,1 mil contos face a 2016, o que, conjuntamente com o acréscimo verificado nos resultados financeiros, contribuiu de forma preponderante para o aumento dos resultados antes de impostos. Após a incidência da carga fiscal, no valor de 164,1 mil contos, o resultado líquido cifrou-se em 429,8 mil contos.

Demonstração de Resultados	2017	2016	Variação 17/16	
			Absoluta	%
Prestações de Serviços	3.016.555	2.763.594	252.961	9,2%
Rendimentos Suplementares	77.727	75.053	2.674	3,6%
Outros Ganhos Operacionais	18.955	54.842	-35.887	-65,4%
Gastos M.V. Matérias Consumidas	66.559	47.036	19.523	41,5%
Fornecimentos e Serviços Externos	494.036	504.164	-10.128	-2,0%
Gastos com o Pessoal	1.486.432	1.375.465	90.967	6,6%
Outros Gastos Operacionais	76.015	60.773	15.242	25,1%
EBITDA	987.419	780.965	206.454	26,4%
Margem EBITDA	32%	27%		4,7%
Depreciações	400.644	477.361	-76.717	-16,1%
Provisões e Imperidade	22.776	125.084	-102.308	-81,8%
Resultado Operacional (EBIT)	586.775	303.604	283.171	93,3%
Margem EBIT	19%	10%		8,4%
Resultado Financeiro	7.282	-24.410	31.692	129,8%
Resultado antes de Impostos	594.057	279.194	314.863	112,8%
Imposto sobre o Rendimento	164.199	91.352	72.847	79,7%
RESULTADO LÍQUIDO	429.858	187.842	242.016	128,8%

Esta evolução foi fortemente influenciada pelo aumento do volume de negócios, que assenta no crescimento verificado no tráfego portuário, assim como pelo bom desempenho ao nível dos resultados financeiros da Empresa.

Rendimentos Operacionais

Os rendimentos operacionais, no exercício de 2017, registaram um acréscimo, face aos valores obtidos no ano de 2016, de 219,7 mil contos (+ 7,6%), atingindo o montante total de 3.113.237 mil contos.

Da análise do quadro que se segue, constata-se que os rendimentos provenientes das Prestações de Serviços continuam a representar um peso importante na estrutura da componente operacional, registando um acréscimo de 9,2% (+252,9 mil contos) face a 2016. É de notar ainda a variação positiva de 2,6 mil contos (+3,6%) na rubrica de Rendimentos Suplementares, enquanto a rubrica Outros Rendimentos Operacionais espelha uma variação negativa de 35,8 mil contos (-65,4%).

O aumento verificado nos serviços portuários, nomeadamente na Movimentação de Mercadorias, Taxas Portuárias, Serviços Prestados ao Navio e Aluguer de Equipamentos, resultou da movimentação de mercadorias e de navios nos Portos de Cabo Verde, com um ligeiro decréscimo de 3% (-227) no número de navios que escalaram os portos, e uma variação de mais 12,5% (+258.813 tons) na movimentação de mercadorias.

Rendimentos Operacionais	2017	2016	Variação 17/16	
			Absoluta	%
Prestações de Serviços	3.016.555	2.763.593	252.962	9,2%
Movimentação de Mercadorias	1.840.897	1.738.802	102.095	5,9%
Aluguer de Equipamentos	172.551	163.153	9.398	5,8%
Serviços Prestados ao Navio	163.742	101.513	62.229	61,3%
Taxas Portuárias	707.608	655.425	52.182	8,0%
Serviços Secundários	132.170	107.400	24.770	23,1%
Devoluções e Descontos	-413	-2.701	2.288	-84,7%
Rendimentos Suplementares	77.727	75.053	2.674	3,6%
Outros Rendimentos Suplementares	304	392	-88	-22,4%
Rendimentos Invest não Financeiros	77.423	74.661	2.762	3,7%
Outros Rendimentos Operacionais	18.955	54.842	-35.887	-65,4%
Rendimentos Operacionais	3.113.237	2.893.488	219.749	7,6%

27
/

Gastos Operacionais

Os gastos operacionais, no exercício de 2017, atingiram o montante de 2.125.818 mil contos, reflectindo um acréscimo de 0,6% (+13,2 mil contos) comparativamente com o exercício anterior. Nem todas as rubricas contribuíram para essa variação negativa. Destacam-se as reduções patenteadas nas rubricas de Fornecimentos e Serviços Externos (-2%), Depreciações/Amortizações (-16,1%) e Imparidades (-81,8%).

Por outro lado, há que realçar os aumentos verificados nos Gastos com o Pessoal (+6,6%), o que resulta essencialmente do aumento das remunerações do serviço de estiva, consequência do incremento do tráfego portuário em 2017, e nos Outros Gastos Operacionais (+25,1%).

A variação constatada nos custos resulta do incremento na movimentação de mercadorias nos Portos de Cabo Verde em relação ao ano anterior (dentro das projecções de crescimento esperadas).

Designação	2017	2016	Variação 17/16	
			Absoluta	%
Água	21.257	18.416	2.841	15,4%
Electricidade	90.908	80.005	10.901	13,6%
Combustíveis e Outros Fluidos	16.735	13.940	2.795	20,1%
Conservação e Reparação	50.038	54.000	-3.962	-7,3%
Material de Escritório	6.030	5.822	208	3,6%
Publicidade e Propaganda	18.866	15.752	3.114	19,8%
Limpeza, Higiene e Conforto	23.425	21.603	1.822	8,4%
Rendas e Alugueres	18.805	22.655	-3.850	-17,0%
Despesas de Representação	640	344	296	86,0%
Comunicação	13.663	15.822	-2.159	-13,6%
Seguros	20.807	22.342	-1.535	-6,9%
Vigilância e Segurança	77.930	72.476	5.454	7,5%
Royalties	9.696	11.045	-1.349	-12,2%
Honorários/Consultoria	54.010	80.662	-26.652	-33,0%
Transporte de Pessoal	23.522	24.165	-643	-2,7%
Deslocações e Estadias	28.323	26.656	1.667	6,3%
Serviços Bancários	2.316	1.208	1.108	91,7%
Outros	17.067	17.253	-196	-1,1%
Gastos com FSE	494.026	504.164	-10.138	-2,0%

Os gastos com o pessoal registaram, no exercício de 2017, um acréscimo de 6,6% (+90,9 mil contos) face ao ano de 2016, devido, principalmente, ao registo dos benefícios pós-emprego no âmbito da NRF 21, que resultam dos acordos de pré-reforma rubricados com alguns trabalhadores da empresa. No entanto, os aumentos verificados nas Remunerações Adicionais, nos Encargos sobre Remunerações e nas Remunerações do Pessoal do quadro e de estiva também contribuíram para o acréscimo registado nas despesas com o pessoal.

- Nas Remunerações Adicionais, destacam-se tanto os subsídios de férias como o subsídio de Natal do pessoal de estiva, como reflexo, essencialmente, do já referido aumento na movimentação de mercadorias.
- Os Encargos sobre Remunerações estão directamente associados ao crescimento nas remunerações adicionais com o pessoal de estiva.

Designação	2017	2016	Variação 17/16	
			Absoluta	%
Remunerações dos Órgãos Sociais	11.848	17.383	-5.535	-31,8%
Remunerações do Pessoal	953.392	934.186	19.206	2,1%
Remunerações Adicionais	243.135	229.924	13.211	5,7%
Benefícios Pós-Emprego	49.863		49.863	0,0%
Indemnizações ao Pessoal	8.796	7.760	1.036	13,4%
Encargos sobre Remunerações	175.784	170.636	5.148	3,0%
SOAT	3.930	4.281	-351	-8,2%
Formação Profissional	5.363	1.982	3.381	170,6%
Acção Médico-Medicamentosa	835	399	436	109,3%
Festividades da Empresa	8.723	5.628	3.095	55,0%
Outros Gastos com Pessoal	4.763	3.289	1.475	44,8%
Gastos com Pessoal	1.466.432	1.375.468	90.965	6,6%

Nos últimos anos, com excepção de 2016, tem sido adoptada uma política de ajustamentos do quadro de pessoal da ENAPOR, verificando-se de ano para ano uma diminuição no pessoal efectivo. Em 2017, observou-se a continuidade dessa política, com particular relevo para o programa de pré-reforma levado a cabo pela Administração, ao qual aderiram 11 trabalhadores. A 31 de Dezembro, o número de efectivos era de 919 (2016: 926), sendo 399 efectivos do pessoal administrativo (excluindo pré-reformados) e 520 do pessoal de estiva.

Neste exercício, verificou-se uma diminuição nos gastos com Depreciações e Amortizações em 16,1%, resultante de alguns investimentos que, por terem chegado ao fim da sua vida útil, não sofreram depreciações/amortizações.

Os Gastos com o Pessoal, os Fornecimentos e Serviços Externos e as Depreciações e Amortizações são as rubricas com maior peso na estrutura dos gastos operacionais da Empresa, representando, respectivamente 58%, 20% e 16%.

Conjuntamente, estas três rubricas absorveram 76% (2016: 81%) dos rendimentos operacionais obtidos pela ENAPOR no exercício em análise. Esta variação justifica-se pelo acréscimo dos rendimentos operacionais, pelo incremento dos gastos com o pessoal, assim como pela redução dos fornecimentos e serviços externos registados neste exercício.

Ganhos e Perdas Financeiros

Os resultados de natureza financeira registaram um acréscimo de 129,9% (+31,6 mil contos), quando comparados com os resultados de 2016. É de realçar a variação positiva das Diferenças de Câmbio Favoráveis (+61,9%), e a redução dos Juros de Financiamentos de Projectos e Obras (-13,2%), que contribuíram significativamente para a variação inscrita nos resultados financeiros.

Designação	2017	2016	Variação 17/16	
			Absoluta	%
GANHOS FINANCEIROS	68.926	46.656	22.270	47,7%
Juros Obtidos	13.213	12.925	288	2,2%
Juros Financiamento Pessoal	1.974	543	1.431	263,5%
Diferenças de Câmbio Favoráveis	53.739	33.188	20.551	61,9%
PERDAS FINANCEIRAS	61.644	71.031	-9.387	-13,2%
Juros de Financiamentos de Projectos e Obras	61.644	71.009	-9.365	-13,2%
Outros Juros Financiamento	0	22	-22	-100,0%
Diferenças Câmbio Desf Financeiras	0	0	0	0,0%
Outras Perdas Financeiras	0	35	-35	0,0%
RESULTADOS FINANCEIROS	7.282	-24.375	31.657	129,9%

EBITDA

Os Rendimentos Operacionais cresceram 7,6% (+219,7 mil contos) em relação ao ano de 2016, enquanto os Gastos Operacionais, comparativamente a igual período, cresceram apenas 0,6% (+13,2 mil contos), contribuindo assim para que o indicador EBITDA apresente um acréscimo de 26,4% (+206,4 mil contos). Considerando o efeito das Depreciações/Amortizações apurou-se, no ano de 2017, um EBIT de 586,7 mil contos, superior em 283,1 mil contos (+93,3%) ao obtido em 2016.

Designação	2017	2016	Variação 17/16	
			Absoluta	%
Rendimentos Operacionais	3.113.237	2.893.489	219.748	7,6%
Gastos Operacionais	2.125.818	2.112.524	13.294	0,6%
EBITDA	987.419	780.965	206.454	26,4%
Depreciações/Amortizações	400.644	477.361	-76.717	-16,1%
EBIT	586.775	303.604	283.171	93,3%

Meios Libertos Líquidos

Numa óptica operacional, em 2017, os meios libertos registaram um aumento de 8,0% (+62,9 mil contos) face ao ano de 2016, resultante do acréscimo dos Resultados Líquidos e do decréscimo das Depreciações e das Imparidades no ano em análise:

CASH FLOW de EXPLORAÇÃO	2017	2016	Variação 17/16	
			Absoluta	%
Resultados Líquidos	429.858	187.842	242.016	128,8%
Depreciações e Amortizações	400.644	477.361	-76.717	-16,1%
Provisões/Imparidades	22.776	125.084	-102.308	-81,8%
	853.278	790.287	62.991	8,0%

Estrutura de Capitais

A Estrutura de Capitais da ENAPOR, conforme se pode aferir pelo quadro abaixo, sofreu algumas variações em 2017.

ESTRUTURA DE CAPITAIS	2017	%	2.016	%
Capitais Próprios	3.060.749	46,5%	2.724.813	41,6%
Passivo Não Corrente	2.520.225	38,3%	2.872.095	43,9%
Passivo Corrente	1.002.089	15,2%	948.622	14,5%
	6.583.063	100,0%	6.545.530	100,0%

No exercício de 2017, os Capitais Próprios da ENAPOR, registaram uma variação positiva de 335,9 mil contos, decorrente dos seguintes movimentos:

- aumento dos resultados líquidos referentes ao ano de 2017, no valor de 242,0 mil contos
- distribuição dos resultados líquidos de 2016 nas seguintes parcelas e proporções:
 - registo de reservas legais, no valor de 9,3 mil contos;
 - cobertura dos resultados transitados, no valor de 121,6 mil contos;
 - dividendos no montante de 56,8 mil contos;
- distribuição de dividendos no valor de 93,8 mil contos, sendo 37 mil contos à custa da redução das reservas livres.

A variação da rubrica do Passivo Não Corrente (-351,8 mil contos) resulta da ocorrência dos seguintes movimentos:

- redução dos Financiamentos Obtidos (294,2 mil contos) com o ajustamento do valor para curto prazo referente ao montante previsto para ser amortizado no decorrer de 2018, relativo ao serviço da dívida;
- acréscimo de 40,0 mil contos em responsabilidades por benefícios pós emprego.

Em termos globais, a estrutura de capitais (próprios e alheios) da ENAPOR sofreu um acréscimo de 37,5 mil contos (+0,6%), comparativamente ao exercício de 2016.

Indicadores

No quadro seguinte, apresenta-se um conjunto de indicadores financeiros e económicos da ENAPOR do exercício de 2017, evidenciando a sua evolução em relação ao período homólogo dos anos anteriores.

A obtenção de Resultados Líquidos superiores aos obtidos no período homólogo, refletiu-se numa melhoria dos valores dos indicadores de natureza económica e financeira.

A redução dos capitais alheios continua a ser fundamental para a melhoria dos indicadores financeiros obtidos no ano de 2017, quando comparados com o ano anterior.

INDICADORES	2017	2016	2015
INDICADORES DE EFICIÊNCIA			
GASTOS OPERACIONAIS/EBITDA	2,1	3,3	3,5
GASTOS COM PESSOAL/EBITDA	1,5	1,8	1,9
INDICADORES DE COMPORTABILIDADE DE INVESTIMENTOS E CAPACIDADE DE ENDIVIDAMENTO			
GRAU DE ALAVANCA FINANCEIRA (result operac/result ant impostos)	0,99	1,09	4,13
AUTONOMIA FINANCEIRA (cap próprio/activo)	0,47	0,42	0,38
SOLVABILIDADE (cap próprio/passivo)	0,87	0,71	0,82
LIQUIDEZ (activo corrente/passivo corrente)	1,73	1,88	1,77
EQUILIBRIO FINANCEIRO			
FUNDO MANEIO (cap. permanent-activo fixo não corrente)	973.593	1.055.942	890.577
NECESSIDADES EM FUNDO MANEIO (necessid cíclicas-recursos cíclicos)	481.947	438.282	525.885
TESOURARIA LÍQUIDA (tesouraria activa-tesouraria passiva)	491.646	517.660	364.692
INDICADORES DE PRAZO MÉDIO			
PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS	43	43	45
PRAZO MÉDIO DE RECEBIMENTOS	65	73	78
INDICADORES DE RENTABILIDADE E CRESCIMENTO			
MARGEM EBITDA (EBITDA/volume negócios)	0,32	0,28	0,27
MARGEM EBIT (EBIT/volume negócios)	0,19	0,11	0,07
RENTABILIDADE OPERACIONAL DAS VENDAS (result operac/rendimentos)	0,18	0,10	0,08
RENTABILIDADE LÍQUIDA DAS VENDAS (result líquido/rendimentos)	0,14	0,06	0,01
INDICADORES DE REMUNERAÇÃO DO CAPITAL INVESTIDO			
RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS (result líquido/cap próprio)	0,142	0,089	0,011
RENTABILIDADE DE CAPITAIS INVESTIDOS (result líquido/activo)	0,066	0,029	0,004

O rácio de Autonomia Financeira evidencia uma melhoria, no entanto apresenta-se ainda um pouco vulnerável, tendo, neste período de 2017 (0,99), um valor acima do já obtido no mesmo período de 2016 (0,42) e de 2015 (0,38).

A Solvabilidade, face à melhoria que vem evidenciando de ano para ano, já não traduz a vulnerabilidade evidenciada em 2012. No período em análise, cresceu de 0,71 para 0,87.

A Liquidez Geral situa-se acima da unidade, o que demonstra que o activo corrente é superior às dívidas de curto prazo, o que conduz a um fundo de maneio positivo.

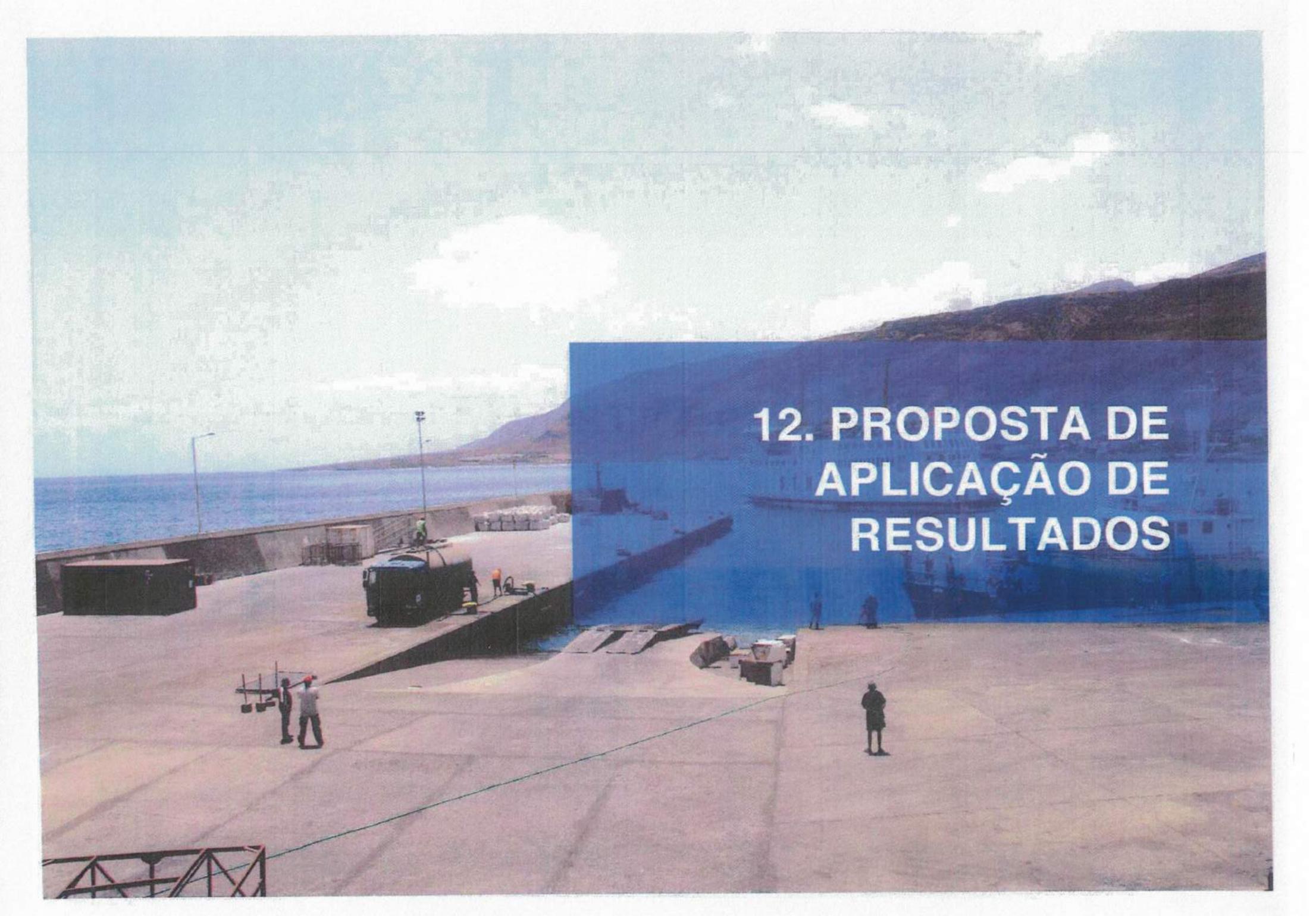
O Fundo de Maneio obtido em 2017 atingiu o valor de 973,5 mil contos, o que, comparativamente com o mesmo período do ano anterior, espelha uma redução de 82 mil contos.

Embora reflita uma redução comparativamente a 2016, a tesouraria líquida continua sendo positiva, o que significa que a Empresa tem capacidade para honrar os seus compromissos de curto prazo.

No período em análise, o prazo médio de pagamentos foi de 43 dias, situando-se no mesmo nível do exercício anterior, enquanto o prazo médio de recebimentos se fixou nos 65 dias, traduzindo, assim, uma melhoria relativamente ao período homólogo de 2016, em que foi de 73 dias.

Os rácios económicos apresentam valores positivos, melhorando de exercício para exercício, quando, em 2012, apresentavam, na sua maioria, indicadores negativos, devido aos resultados líquidos, que se apresentavam também negativos.





12. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

O Conselho de Administração, nos termos do Código das Empresas Comerciais e ciente da necessidade de ser consolidada a estrutura financeira da empresa, propõe que os resultados líquidos apurados no exercício de 2017, no valor de 429.858 contos, tenham a seguinte aplicação:

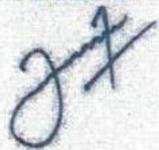
Reserva Legal	5%	21.493 contos
Reserva para equipamento	70%	300.900 contos
Dividendos	25%	107.464 contos

S. Vicente, 29 Março de 2018

O Conselho de Administração

Jorge Humberto Pimenta Maurício

Presidente



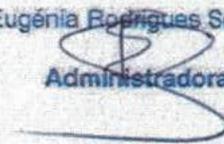
Alcídio Nascimento Lopes

Administrador



Eugénia Rodrigues Soares

Administradora



ANEXOS

1. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

BALANÇOS ACUMULADOS EM 31 DEZEMBRO de 2017

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	Data de Referência		
		31-12-17	31-12-16
	Nota	Valores	Valores
ACTIVO			
Activo não Corrente			
Propriedades de Investimento	5	24.269	26.912
Activos Fixos Tangíveis			
Terrenos e recursos naturais	6	296.003	296.003
Edifícios e outras construções	6	3.381.106	3.224.255
Equipamento básico	6	719.985	814.256
Equipamento de transporte	6	36.111	16.053
Equipamento administrativo	6	65.026	45.234
Outros activos fixos tangíveis	6	14.909	11.817
Activos tangíveis em curso	6	248.695	302.523
Activos Intangíveis			
Programas de computador	7	664	438
Activos Intangíveis em curso	7	21.985	10.355
Activos não Correntes detidos para venda	6	17.600	-
Outras Contas a Receber	8.1	11.300	10.462
Activos por Impostos Diferidos	9	10.211	-
Total do activo não corrente		4.847.862	4.758.308
Activo Corrente			
Inventários			
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	10	50.785	37.909
Clientes	11	373.100	365.255
Adiantamentos a Fornecedores	12.1	1.367	3.344
Estado e Outros Entes Públicos	13.1	420.857	351.984
Accionistas/Sócios	14	4.424	4.424
Outras Contas a Receber	8.2	79.603	99.414
Diferimentos	15.1	12.637	11.966
Caixa e Depósitos Bancários	4	792.427	912.923
Total do activo corrente		1.735.201	1.787.221
Total do activo		6.583.063	6.545.529
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital Realizado	16	1.200.000	1.200.000
Reservas Legais	17	70.619	61.227
Outras Reservas	17	1.360.273	1.397.370
Resultados Transitados		-	(121.626)
Resultado Líquido do Período		429.858	187.842
Total do Capital Próprio		3.060.749	2.724.813
Passivo			
Passivo não Corrente			
Provisões		-	-
Financiamentos Obtidos	18.1	2.480.182	2.872.095
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	19	40.043	-
Outras Contas a Pagar		-	-
Total do Passivo não corrente		2.520.225	2.872.095
Passivo Corrente			
Fornecedores	20	70.048	87.028
Adiantamento de Clientes	12.2	7.616	7.616
Estado e Outros Entes Públicos	13.2	164.419	149.710
Accionistas/Sócios		-	-
Financiamentos Obtidos	18.1	339.664	305.188
Outras Contas a Pagar	8.3	204.412	168.210
Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego	19	-	-
Diferimentos	15.2	215.930	230.870
Total do passivo corrente		1.002.089	948.622
Total do Passivo		3.522.314	3.820.717
Total do Capital Próprio e do Passivo		6.583.063	6.545.529

O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 Dezembro de 2017.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

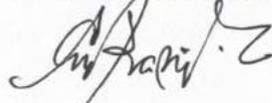
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZA EM 31 DEZEMBRO DE 2017 E 2016

Montantes expressos em Milhares Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	PERÍODO		
		2017	2016
	Nota	Valores	Valores
Prestações de Serviços	21	3.016.555	2.763.594
Gastos com Matérias Consumidas	10	(66.559)	(47.036)
		Resultado Operacional Bruto	2.716.557
Fornecimentos e Serviços Externos	22	(494.036)	(504.164)
		Valor Acrescentado Bruto	2.212.393
Gastos com o Pessoal	23	(1.466.433)	(1.375.465)
Imparidade de Dívidas a Receber (perdas/reversões)	24	(22.776)	(125.084)
Provisões (aumentos/reduções)	25	-	-
Outros Rendimentos e Ganhos	26	96.682	129.895
Outros Gastos e Perdas	27	(76.015)	(60.773)
		Resultado Antes de Depreciações, Amortizações, Perdas/Ganhos de Financiamento e Impostos	780.965
Gastos/Reversões de Depreciação e de Amortização	28	(400.644)	(477.361)
		Resultado Operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)	303.604
Juros e Ganhos Similares Obtidos	29	68.926	46.656
Juros e Perdas Similares Suportados	18.2	(61.644)	(71.066)
		Resultado Antes de Impostos	279.194
Imposto Sobre o Rendimento do Período	30	(164.199)	(91.352)
		Resultado Líquido do Período	187.842
Resultado das Actividades Descontinuadas (líquido de imposto) Incluído no Resultado do Período		-	-
Resultado Líquido do Período Atribuível a :			
Detentores do Capital da Empresa		429.858	187.842
Resultado Por Acção Básico		0,36	0,16

O anexo faz parte integrante da demonstração dos resultados do período findo em 31 de Dezembro de 2017.

O Técnico Oficial de Contas




O Conselho de Administração



DEMONSTRAÇÕES DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO DOS EXERCÍCIOS
FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2016	1	1.200.000	59.812	1.397.370	(148.514)	28.303	2.536.971
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	187.842	187.842
Aumentos de reservas por aplicação dos resultados		-	1.415	-	26.888	(28.303)	0
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	1.415	-	26.888	159.539	187.842
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO							
Distribuição de dividendos	3	-	-	-	-	-	-
	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO 2016	1+2+3+4	1.200.000	61.227	1.397.370	(121.626)	187.842	2.724.813

DESCRIÇÃO	Notas	Capital próprio atribuído aos detentores do capital					Total do Capital Próprio
		Capital realizado	Reservas Legais	Outras Reservas	Resultados Transitados	Resultado líquido do período	
POSIÇÕES NO INÍCIO DO EXERCÍCIO 2017	1	1.200.000	61.227	1.397.370	(121.626)	187.842	2.724.813
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO EXERCÍCIO							
Resultado líquido do exercício		-	-	-	-	429.858	429.858
Aplicação do resultado líquido	17	-	9.392	-	121.626	(131.018)	-
RESULTADO EXTENSIVO	2	-	9.392	-	121.626	298.840	429.858
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO EXERCÍCIO							
Distribuição de dividendos	17	-	-	-	-	(56.824)	(56.824)
Conversão de reservas em dividendos	17	-	-	(37.097)	-	-	(37.097)
	3	-	-	(37.097)	-	(56.824)	(93.921)
	4	-	-	-	-	-	-
POSIÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO 2017	1+2+3+4	1.200.000	70.619	1.360.273	-	429.858	3.060.749

O anexo faz parte integrante da demonstração das alterações no capital próprio em 31 de Dezembro de 2017.

O Técnico Oficial de Contas




Enapor
Portos de Cabo Verde

O Conselho de Administração



ENAPOR - EMPRESA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DOS PORTOS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016.

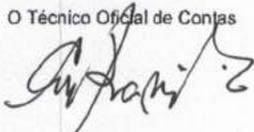
Montantes expressos em milhares de Escudos Caboverdianos (mECV)

RUBRICAS	PERÍODO			
		31-12-17	31-12-16	
	Nota	Valores	Valores	
Método Directo				
<u>Fluxo de caixa das actividades operacionais</u>				
Recebimentos de clientes		3.003.775	2.810.213	
Pagamentos a fornecedores		(565.183)	(598.376)	
Pagamentos ao pessoal		(1.465.987)	(1.368.428)	
		Caixa gerada pelas operações	972.605	843.410
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		(158.145)	(884)	
Outros recebimentos / pagamentos		(26.461)	(204.682)	
		Fluxo de caixa das actividades operacionais (1)	787.999	637.844
<u>Fluxo de caixa das actividades de investimento</u>				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis		(463.260)	(149.703)	
Activos intangíveis		(563)	(10.493)	
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis		811	68.544	
Subsídios ao Investimento		-	39.328	
Juros e rendimentos similares		-	-	
		Fluxo de caixa das actividades de investimento (2)	(463.012)	(52.324)
<u>Fluxo de caixa das actividades de financiamento</u>				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos		-	-	
Juros e ganhos similares		16.112	48.312	
Pagamentos respeitantes a:				
Financiamentos obtidos		(303.698)	(328.546)	
Juros e gastos similares		(63.975)	(74.339)	
Dividendos	17	(93.921)	0	
		Fluxo de caixa das actividades de financiamento (3)	(445.482)	(354.573)
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)				
		(120.496)	230.947	
Efeito das diferenças de câmbio				
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	912.923	681.976	
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	792.427	912.923	

O Anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração





2. ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Índice

1.	NOTA INTRODUTÓRIA	3
1.1.	Identificação da Entidade	3
1.2.	Serviços Prestados.....	3
2.	REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	4
2.1.	Base da Apresentação.....	4
2.2.	Derrogação das Disposições do SNCRF.....	5
2.3.	Comparabilidade das Demonstrações Financeiras	5
3.	PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	5
3.1.	Moeda Funcional e de Apresentação	5
3.2.	Activos Fixos Tangíveis.....	5
3.3.	Propriedades de Investimento.....	6
3.4.	Activos Intangíveis.....	7
3.5.	Activos e Passivos Financeiros	7
3.6.	Perdas por Imparidade.....	8
3.7.	Inventários	8
3.8.	Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes.....	9
3.9.	Rédito e Regime do Acréscimo.....	9
3.10.	Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos	10
3.11.	Responsabilidades Pós-Emprego	10
3.12.	Imposto Sobre o Rendimento do Período	10
3.13.	Classificação de Balanço	11
3.14.	Subsídios	11
3.15.	Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira	12
3.16.	Eventos Subsequentes	12
3.17.	Juízos de Valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas	12
4.	FLUXOS DE CAIXA	12
5.	PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO.....	13
6.	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS.....	14
7.	ACTIVOS INTANGÍVEIS.....	16
8.	OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR	17
8.1.	Não Corrente a Receber	17
8.2.	Corrente a Receber	17
8.3.	Corrente a Pagar.....	18
9.	ACTIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS.....	19
10.	INVENTÁRIOS	19
10.1.	Inventários	19
10.2.	Gastos com as Matérias Consumidas.....	20
11.	CLIENTES.....	20

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

12.	ADIANTAMENTOS A FORNECEDORES E ADIANTAMENTOS DE CLIENTES	21
12.1.	A Fornecedores	21
12.2.	De Clientes	21
13.	ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	22
13.1.	Saldos Devedores	22
13.2.	Saldos Credores	22
14.	ACCIONISTAS	23
15.	DIFERIMENTOS	24
15.1.	Activo	24
15.2.	Passivo	24
16.	CAPITAL REALIZADO	25
17.	RESERVA LEGAL E OUTRAS RESERVAS	25
18.	FINANCIAMENTOS OBTIDOS	26
18.1.	Empréstimos Bancários	26
18.2.	Custo de Financiamento	28
19.	RESPONSABILIDADES POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO	28
20.	FORNECEDORES	29
21.	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.....	30
22.	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	30
23.	GASTOS COM O PESSOAL	31
24.	IMPARIDADE DE DÍVIDAS A RECEBER.....	32
25.	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	33
26.	OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	33
27.	OUTROS GASTOS E PERDAS.....	33
28.	DEPRECIACÃO E AMORTIZACÃO	34
29.	JUROS E GANHOS SIMILARES.....	34
30.	IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO EXERCÍCIO.....	35
31.	PASSIVOS CONTINGENTES E COMPROMISSOS CONTRATUAIS NÃO RECONHECIDOS	36
32.	GARANTIAS PRESTADAS.....	36
33.	DIVULGAÇÕES SOBRE DIPLOMAS LEGAIS.....	37
34.	OUTRA INFORMAÇÕES CUJA DIVULGAÇÃO SEJA CONSIDERADA RELEVANTE PARA A COMPREENSÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA E DOS RESULTADOS	37
35.	APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	37

1. Nota Introdutória

1.1. Identificação da Entidade

Denominação Social: ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A.

Natureza Jurídica: Sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos

Sede: Avenida Marginal, Cals Acostável, cidade do Mindelo, República de Cabo Verde

Número de Identificação Fiscal: 200487264

Matrícula Comercial: 1168

A ENAPOR - Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A., adiante designada por "ENAPOR" ou "Empresa", é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, que adquiriu a sua configuração jurídica de sociedade anónima pelo Decreto Regulamentar n.º 4/2001, de 4 de Junho, que aprovou os seus novos estatutos, alterado ainda pelo Decreto-Lei n.º 46/2013, de 14 de Novembro. A ENAPOR tem por objeto a administração e gestão dos Portos de Cabo Verde, bem como as áreas de jurisdição marítima, visando a sua exploração económica, conservação e desenvolvimento, abrangendo o exercício das competências e prerrogativas de autoridade portuária pelo Decreto-Legislativo n.º 1/2013, de 12 de Setembro, e pelo Decreto-Lei n.º 31/2015, de 18 de Maio, que lhe estejam ou venham a ser cometidas.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em escudos (moeda funcional), dado que esta é a divisa preferencialmente utilizada no ambiente económico em que a Empresa opera.

1.2. Serviços Prestados

A ENAPOR presta os seguintes serviços:

- pilotagem;
- reboque portuário;
- segurança, polícia, protecção civil, vigilância e combate a incêndios;
- navegação portuária, sinalização, faróis e luzes;
- disponibilização ou indicação de zonas de fundeio, atracação e desatracação;
- disponibilização de armazéns, edifícios e instalações para a manipulação, depósito, conservação ou presença de mercadorias e passageiros;
- disponibilização de meios mecânicos, terrestres ou flutuantes para a manipulação e transporte de mercadorias nos portos;
- fornecimento de água, electricidade e gelo a embarcações;
- protecção do meio ambiente, recolha de lixo, recepção de resíduos sólidos e líquidos provenientes de navios, plataformas ou outras instalações fixas ou flutuantes; e
- movimentação de carga, compreendendo estiva, desestiva, conferência, carga, descarga, transbordo, movimentação e arrumação de mercadorias dentro das zonas portuárias, bem como formação e decomposição de unidades de carga.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

No âmbito das orientações da política nacional para o sector portuário, o desenvolvimento, ampliação e a modernização dos portos, bem como para a facilitação do transporte marítimo inter-ilhas, a Empresa tem vindo a alterar o seu modelo de gestão, ampliação e modernização.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as seguintes:

2.1. Base da Apresentação

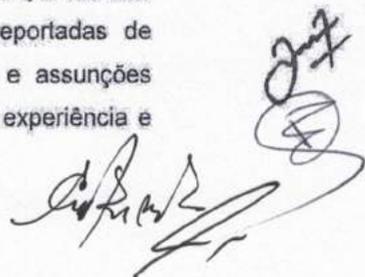
As presentes demonstrações financeiras foram preparadas segundo o pressuposto de continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro (SNCRF) regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 5/2008, de 4 de Fevereiro (Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro);
- Portaria n.º 49/2008, de 29 de Dezembro (Código de Contas);
- Despachos Normativos de 1 a 27/2008 (Normas de Relato Financeiro, Estrutura Conceptual, Modelos das DF's, Regime Especial para as PE).

A Administração procedeu à avaliação da capacidade da Empresa operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras, disponível sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, a Administração concluiu que a Empresa dispõe de recursos adequados para manter as atividades, não havendo intenção de cessar as mesmas no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística e de Relato Financeiro, antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo de recursos relativos às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro, emitidas pelo International Accounting Standards Board, e respetivas interpretações, sempre que o SNCRF não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram utilizadas estimativas que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efectuadas pelo Conselho de Administração foram feitas com base na melhor experiência e



conhecimento, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e das transacções em curso.

2.2. Derrogação das Disposições do SNCRF

A ENAPOR, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras do período em análise, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, das normas NRF, aprovadas e adotadas em Cabo Verde.

2.3. Comparabilidade das Demonstrações Financeiras

Os elementos constantes nas presentes demonstrações financeiras são, na sua totalidade, comparáveis com os do exercício anterior.

3. Principais Políticas Contabilísticas

3.1. Moeda Funcional e de Apresentação

A. Moeda Funcional

As demonstrações financeiras da Empresa e respectivas notas deste anexo são apresentadas em milhares de Escudos Cabo-Verdianos (mECV), salvo indicação explícita em contrário.

3.2. Activos Fixos Tangíveis

Os activos tangíveis encontram-se registados: (i) pelo valor de transferência atribuído aos bens, quando a sua utilização e exploração transitaram para a Empresa; (ii) pelo valor relativo à doação, quando foram integralmente doados à Empresa; e (iii) pelo custo de aquisição, que inclui o preço de factura, as despesas de transporte, a montagem e os encargos financeiros suportados durante o período de construção.

Os activos fixos tangíveis adquiridos subsequentemente encontram-se valorizados pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas.

Os activos tangíveis em curso reflectem activos fixos ainda em fase de construção, encontrando-se registados pelo custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projectos de investimentos estejam concluídos ou disponíveis para uso.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com as taxas em vigor no país (Portaria 3/84 para aquisições anteriores a 2015 e Portaria 42/2015 para aquisições a partir de 2015), de forma consistente de período para período, numa base de duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontrem disponíveis para uso, de acordo com a sua vida útil estimada.

As taxas de depreciação anuais médias utilizadas, atendendo ao período de vida útil estimada, podem resumir-se como se segue:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

	Taxas de Amortização (%)
Edifícios e outras construções	2 a 10
Equipamento básico	5 a 20
Equipamento de transporte	12,5 a 20
Equipamento administrativo	8,33 a 33,33
Outros Activos fixos tangíveis	10 a 25

As substituições de partes de equipamentos ou outros activos tangíveis são registadas como activos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos activos fixos, de acordo com a NRF 7.

Um item do activo fixo tangível é desreconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente do desreconhecimento do activo, determinado pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada do activo à data de alienação/abate, é reconhecido em resultados como «Outros rendimentos ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.3. Propriedades de Investimento

As propriedades de investimento mensuradas neste exercício já faziam parte do cadastro dos activos fixos tangíveis da Empresa, e encontram-se escrituradas pelo custo de aquisição deduzido das depreciações ocorridas até à sua transferência para propriedades de investimento.

As depreciações são calculadas, sobre o valor de aquisição, pelo método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir da data da sua entrada em funcionamento, utilizando, entre aquelas permitidas pela legislação fiscal em vigor (Portaria n.º 42/2015), as taxas que permitam a depreciação da propriedade, durante a sua vida útil estimada.

Os encargos com as reparações e a manutenção de natureza corrente são registados como gastos do período em que incorrem. As intervenções que aumentam a utilidade económica das propriedades são depreciadas durante o seu período de duração.

O abate, ou alienação, das propriedades de investimento gera ganhos ou perdas que são o resultado da diferença entre o valor escriturado e o valor de realização. O valor de realização compreende a contrapartida pela venda ou troca de activos, ou indemnizações recebidas por sinistros. Os ganhos ou perdas são registados na demonstração dos resultados do período, respetivamente, nas rubricas «Outros rendimentos e ganhos» ou «Outros gastos e perdas».

3.4. Activos Intangíveis

Os activos intangíveis apenas são registados se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, e que sejam controláveis pela Empresa, identificáveis e o respectivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os activos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo, quando incorridos, sempre que não seja possível distinguir a fase de pesquisa da fase de desenvolvimento de um projeto interno.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método de linha recta (quotas constantes), durante um período não superior a 3 anos.

3.5. Activos e Passivos Financeiros

Os activos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a Empresa se torna parte na respectiva relação contratual.

A. Caixa e depósitos bancários

A Caixa e depósitos bancários incluem valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

i. Caixa

Compreende as notas, moedas e cheques não depositados. Os valores em moeda estrangeira são valorizados pela cotação no último dia útil do ano. A diferença, positiva ou negativa, é reconhecida nos resultados do exercício.

ii. Depósitos a prazo

Os depósitos a prazo nesta rubrica são desmobilizáveis até um ano. Os juros auferidos são reconhecidos como rendimento do período a que se referem, independentemente do seu recebimento posterior.

B. Contas a receber

As contas a receber não têm implícitos juros, sendo apresentadas pelo respectivo valor nominal, deduzidas as perdas por imparidade estimadas.

A exposição da Empresa ao risco de crédito é atribuível às contas a receber da sua actividade operacional. Os montantes apresentados no balanço encontram-se líquidos das perdas acumuladas por imparidade para cobranças duvidosas que foram estimadas pela Empresa, de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económicas.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber é próximo do seu justo valor.

C. Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos são registados no passivo ao custo amortizado. Os encargos financeiros com juros bancários e despesas similares (nomeadamente o Imposto de Selo) são

registados na demonstração dos resultados de acordo com o regime de acréscimo (princípio da especialização dos exercícios), encontrando-se os montantes vencidos e não liquidados, à data do balanço, classificados na rubrica «Outras contas a pagar».

D. Contas a pagar

As contas a pagar não vencem juros, sendo registadas pelo seu valor nominal, o qual se aproxima do custo amortizado.

3.6. Perdas por Imparidade

É efectuada uma avaliação para determinação de imparidades sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indique que o montante pelo qual o activo se encontra registado pode não ser recuperado. Em caso de existência desses indícios, a Empresa procede à determinação do valor recuperável do activo, de modo a determinar a eventual extensão da perda por imparidade.

Sempre que o montante pelo qual o activo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração dos resultados na rubrica de «Perdas por imparidade».

A quantia recuperável é a mais alta do preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos de venda) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do activo numa transacção entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos directamente atribuíveis à alienação.

O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado do activo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada activo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o activo pertence.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efectuada sempre que existam indícios que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados como dedução à rubrica «Perdas por imparidade».

Contudo, a reversão da perda é efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação), caso a referida perda não se tivesse registado em períodos anteriores.

3.7. Inventários

Os inventários (matérias-primas, subsidiárias e de consumo) encontram-se registados ao custo de aquisição. Esse custo compreende o preço da factura, despesas de transporte, seguro e o custo de desalfandegamento menos o IVA dedutível, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas.

As diferenças entre o valor pelo qual se encontram registados os inventários, conforme acima mencionado, e o respectivo valor estimado de realização, quando mais baixo, são reconhecidas na demonstração dos resultados do exercício e encontram-se registadas na rubrica «Perdas por Imparidade».

3.8. Provisões, Passivos Contingentes e Activos Contingentes

São reconhecidas provisões apenas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado, e seja provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante reconhecido das provisões consiste no valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados à obrigação.

As provisões são revistas na data de relato e são ajustadas de modo a reflectirem a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que não é possível evitar, os quais excedem os benefícios económicos dele derivados.

A. Passivos contingentes

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos, englobando benefícios económicos, não seja remota.

B. Activos contingentes

Os activos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um futuro influxo económico de recursos.

3.9. Rêdito e Regime do Acréscimo

O rêdito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rêdito a reconhecer é deduzido do montante estimado de devoluções, descontos e outros abatimentos. O rêdito reconhecido não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rêdito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- o montante do rêdito pode ser mensurado com fiabilidade;
- é provável que benefícios económicos futuros associados à transacção fluam para a Empresa;
- os custos incorridos ou a incorrer com a transacção podem ser mensurados com

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

fiabilidade; e

- a fase de acabamento da transacção/serviço à data de relato pode ser mensurada com fiabilidade.

O réditto de juros é reconhecido utilizando o método do juro efectivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios, pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas como activos ou passivos.

Os rendimentos e gastos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde, são registados nas rubricas «Diferimentos» (activos ou passivos), «Outras contas a receber» e «Outras contas a pagar».

3.10. Encargos Financeiros com Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como gasto financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos, são imputados a activos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles até à data em que os mesmos se encontrem disponíveis para uso, sendo os restantes reconhecidos na rubrica «Gastos financeiros» na demonstração dos resultados do exercício (Nota 17.2).

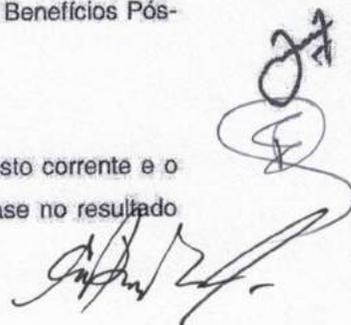
Os eventuais rendimentos por juros obtidos com empréstimos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis. Os encargos financeiros incluídos nos activos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos respectivos bens.

3.11. Responsabilidades Pós-Emprego

As responsabilidades da Empresa relativas ao pagamento futuro de reformas antecipadas aos trabalhadores encontram-se registadas na rubrica de «Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego».

3.12. Imposto Sobre o Rendimento do Período

O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRPC) inclui o imposto corrente e o imposto diferido. O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base no resultado

A handwritten signature in black ink is written over a circular stamp. The stamp contains a stylized logo or symbol. The signature is written in a cursive style.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

líquido, ajustado em conformidade com a legislação fiscal vigente à data das demonstrações financeiras.

Ainda, decorrente da Lei n.º 82/2015 de 8 de Janeiro, algumas despesas estão também sujeitas a tributação autónoma. Trata-se de um imposto directo que incide sobre determinados encargos do sujeito passivo de IRPC, independentemente de ter ou não gerado rendimento no período tributável. As taxas aplicáveis são de 10% e 40%, e ainda podem ser agravadas em 10% sempre que o sujeito passivo apresente resultado negativo.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade de balanço e reflectem as diferenças temporárias entre o montante dos activos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação. Para apuramento dos activos e passivos por impostos diferidos, a Empresa adopta o disposto na NRF 22.

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados, utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam, formal ou substancialmente, emitidas à data do balanço.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para utilizar esses impostos diferidos activos. No final de cada exercício, é efectuada uma revisão desses impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do exercício, excepto se resultarem de itens registados directamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

Para além dos activos por impostos diferidos acima indicados, não existiam em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, derivado da legislação fiscal em vigor em Cabo Verde, outras diferenças temporárias que originassem o registo de activos e passivos por impostos diferidos.

3.13. Classificação de Balanço

Os activos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras são classificados, respectivamente, como activos e passivos não correntes.

3.14. Subsídios

A Empresa reconhece os subsídios do Estado Cabo-Verdiano ou de outras entidades apenas quando existir segurança de que a Empresa cumprirá as condições inerentes à sua atribuição e que os subsídios serão recebidos. Essas participações para aquisição de activos fixos tangíveis são registadas no passivo como diferimentos, e reconhecidas na demonstração dos resultados proporcionalmente às depreciações respectivas dos activos fixos tangíveis.

3.15. Saldos e Transacções Expressos em Moeda Estrangeira

As transacções são registadas nas demonstrações financeiras na moeda funcional do país, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como rendimentos e/ou gastos na demonstração dos resultados do exercício.

3.16. Eventos Subsequentes

Os eventos que, após a data do balanço, que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos que, após a data do balanço, que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço são divulgados, se materiais, no anexo às demonstrações financeiras, se materiais.

3.17. Juízos de Valor Críticos e Principais Fontes de Incerteza Associadas a Estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas, foram efectuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afectam as quantias relatadas de activos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

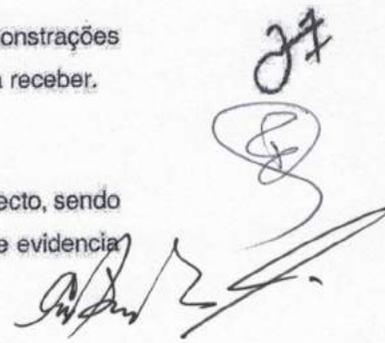
As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transacções em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospectiva. Por este motivo, e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transacções em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efectuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os relacionados com a análise de imparidades em contas a receber.

4. Fluxos de Caixa

Na elaboração da Demonstração de Fluxos de Caixa (DFC), foi utilizado o método directo, sendo que esta demonstração é de grande importância para a análise da Empresa, porque evidencia



ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

as modificações ocorridas nas suas disponibilidades da Empresa. Um conceito importante é o de equivalente de caixa, que corresponde às aplicações de liquidez imediata, e que representa as aplicações que podem ser resgatadas até 3 meses, apresentando, portanto, baixo risco de alteração do seu valor. A DFC é uma demonstração obrigatória ao abrigo da NRF 1.

Nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica «Caixa e seus equivalentes» apresentava a seguinte composição:

	2017	2016
Numerário:		
Caixa	1.071	7.213
Depósitos bancários:1		
Depósitos em Banca Comercial	341.447	455.802
Depósitos no Banco Central	449.908	449.908
Depósitos a Prazo	791.355	905.710
	792.427	912.923

Caixa e seus equivalentes
 Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, parte dos excedentes de tesouraria da Empresa estava aplicada em depósitos a prazo com a maturidade de 12 e 6 meses. A mesma é apresentada na demonstração dos fluxos de caixa como um equivalente de caixa, pelo facto de poder ser desmobilizada a qualquer momento. Em 31 de Dezembro de 2017, o detalhe destas aplicações era como se segue:

Banco	2017	2016
Banco Comercial do Atlântico	149.908	149.908
Banco Angolano de Investimento	150.000	150.000
Ecobank	150.000	150.000
	449.908	449.908

Os juros dos excedentes de tesouraria nos exercícios de 2017 e de 2016, foram como segue:

	2017	2016
Juros de Depósito à Ordem	1.516	2.628
Juros de Depósito à Prazo	13.213	10.296
	16.746	12.924

5. Propriedades de Investimento

Movimentos 2017

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

	Propriedade de Investimento	Propriedade de Investimento em Curso	Total
Activo Bruto			
Saldo Inicial	79.200		79.200
Adições			0
Alienações e abates	-2.225		-2.225
Transferências			0
Saldo Final	76.975		76.975
Depreciações acumuladas			
Saldo Inicial	52.288		52.288
Adições	2.643		2.643
Alienações e abates	-2.225		-2.225
Transferências			0
Saldo Final	52.706		52.706
Valor Líquido	24.269		24.269

Os quadros seguintes resumem os movimentos ocorridos nos exercícios de 2017 e de 2016:

Movimentos 2016			
	Propriedade de Investimento	Propriedade de Investimento em Curso	Total
Activo Bruto			
Saldo Inicial			
Adições			
Alienações e abates			
Transferências	79.200		79.200
Saldo Final	79.200	0	79.200
Depreciações acumuladas			
Saldo Inicial			
Adições	2.710		2.710
Alienações e abates	0		0
Transferências	49.578		49.578
Saldo Final	52.288		52.288
Valor Líquido	26.912		26.912

6. Activos Fixos Tangíveis

Os quadros seguintes resumem os movimentos, ocorridos durante os exercícios de 2017 e de 2016, nos activos fixos tangíveis e respectivas amortizações acumuladas:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Movimentos 2017	Terras e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamentos Básicos	Equipamentos Transporte	Equipamentos Administrativo	Outros Activos Fijos Tangíveis	Activos Fijos Tangíveis em Curso	Activos Não Correntes Detidos para Venda	Regularizações	Total
Ativo Bruto										
Saldo Inicial	298.003	8.104.296	3.602.509	368.969	438.373	100.619	302.523	0		11.352.191
Adições		1.589	813	19.384	16.227	1.860	488.119	0		488.011
Alienações e abates		-11.105		-3.406	-652			0		-15.172
Transferências		386.844	71.595	6.269	26.501	4.060	-501.947	17.600		0
Saldo Final	298.003	6.541.623	3.734.817	379.227	479.339	108.568	248.695	17.600	19.058	11.823.030
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial		2.970.040	2.848.253	340.916	394.039	88.802				6.542.050
Adições		201.381	166.679	5.596	20.648	2.857				397.864
Alienações e abates		-11.105		-3.396	-674					-15.178
Regularizações										0
Transferências										0
Saldo Final	0	3.160.516	3.014.632	343.116	414.313	91.659	0	0	0	7.024.535
Valor Líquido	298.003	3.381.107	719.686	36.111	65.026	14.909	248.695	17.600	19.058	4.798.494

No exercício de 2017, as adições do exercício respeitam, essencialmente, à expansão e modernização do Porto da Palmeira.

Movimentos 2016	Terras e Recursos Naturais	Edifícios e outras Construções	Equipamentos Básicos	Equipamentos Transporte	Equipamentos Administrativo	Outros Activos Fijos Tangíveis	Activos Fijos Tangíveis em Curso	Activos Correntes Não Detidos para Venda	Regularizações	Total
Ativo Bruto										
Saldo Inicial	298.003	6.254.254	3.655.820	358.469	426.838	95.154	172.720			11.281.347
Adições			727	4.408	6.845	758	153.478			166.008
Alienações e abates					-3.467					-3.467
Transferências		-68.930	5.682	2.100	9.257	4.707	-23.583			-71.696
Saldo Final	298.003	6.184.295	3.662.509	358.969	438.273	100.619	302.524	0	0	11.352.192
Depreciações acumuladas										
Saldo Inicial		2.820.660	2.844.350	310.196	378.116	88.035				6.238.257
Adições		199.088	205.883	30.721	19.397	2.767				458.296
Alienações e abates					-3.474					-3.474
Regularizações		-49.578								-49.578
Transferências										0
Saldo Final	0	2.970.040	2.848.253	340.916	394.039	88.802	0	0	0	6.842.051
Valor Líquido	298.003	3.224.258	814.256	18.053	45.204	11.816	302.524	0	0	4.710.141

Dos activos fixos tangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, destaca-se a transferência para activos não correntes detidos para a venda de mECV 17,6, referente a 2 apartamentos localizados na ilha do Sai e de mECV 19,0 de regularizações efetuadas por reconhecimento em gastos do exercício, referentes a despesas de conservação e reparação (edifício da administração central e outros) e trabalhos de drenagem de águas fluviais (DPN).

Em 31 de Dezembro de 2017 dos activos fixos tangíveis em curso, destaca-se as constantes da tabela abaixo:

	2017	2016
Projeto Terminal Cruzeiros do Porto Grande	178.778	178.725
Projeto Modernização e Expansão Porto Palmeira - 2ª Fase	0	44.637
Pavimento Cais 1,2 e 5-Porto Grande	0	33.176
Equipamento de Segurança Informática	0	13.456
Remod. Armazém e Construç. Parque Estacionamento -P. Grande	0	11.397
Construção Edifício Estiva -Porto Grande	0	8.721
Projeto Aquisição Rebocador	4.584	4.584
Iluminação Porto Inglês	0	3.592
Aquisição Equipamentos Portuários	33.140	-
Construção Refeitório -Porto Grande	-	-
Projeto Energias Renováveis	-	-


 Relatório & Contas 2017 15

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Remodelação Porto Inglês	14.359	
Cabeços de Amarração	8.005	
Outros	9.829	4.233
	<u>248.695</u>	<u>302.521</u>

7. Ativos Intangíveis

Os quadros seguintes resumem os movimentos ocorridos nos exercícios de 2017 e de 2016:

Movimentos 2017			
	Programas de Computador	Activos Fixos Intangíveis em Curso	Total
Activo Bruto			
Saldo Inicial	169.594	10.355	179.949
Adições	563	11.629	12.192
Alienações e abates			0
Transferências			0
Saldo Final	<u>170.157</u>	<u>21.984</u>	<u>192.141</u>
Depreciações acumuladas			
Saldo Inicial	169.155		
Adições	338		338
Alienações e abates			0
Transferências			0
Saldo Final	<u>169.493</u>		<u>169.493</u>
Valor Líquido	664	0	664

Movimentos 2016			
	Programas de Computador	Ativos Fixos Intangíveis em Curso	Total
Ativo Bruto			
Saldo Inicial	169.456		169.456
Adições	138	10.355	10.493
Alienações e abates			0
Transferências	0		0
Saldo Final	<u>169.594</u>	<u>10.355</u>	<u>179.949</u>
Depreciações acumuladas			
Saldo Inicial			
Adições	151.349		151.349
Alienações e abates	17.806		17.806
Transferências			0
Saldo Final	<u>169.155</u>		<u>169.155</u>
Valor Líquido	439	10.355	10.794

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Os activos intangíveis são constituídos essencialmente por softwares diversos utilizados pela Empresa na sua actividade.

Dos activos intangíveis em curso em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, destacamos o constante da tabela abaixo:

	2017	2016
Projecto Check-in Passageiros e Bagagens	19.544	10.355
Solução Web Integarda/Website Portal Clientes	563	0
Módulo Gestão Pequenas Encomendas	1.878	0
	<u>21.985</u>	<u>10.355</u>

8. Outras Contas a Receber e a Pagar

A rubrica «Outras contas a receber» apresentava o seguinte detalhe em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

8.1. Não Corrente a Receber

	2017	2016
Outras contas a receber - ativo não corrente		
Adiantamentos aos Trabalhadores	11.300	10.462
	<u>11.300</u>	<u>10.462</u>

Em 31 de Dezembro de 2017, existiam adiantamentos efectuados ao pessoal referentes a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concebidos, no montante de mECV 11.300 a médio e longo prazo.

8.2. Corrente a Receber

	2017	2016
Outras contas a receber - ativo corrente		
Adiantamentos aos Trabalhadores	4.400	5.501
Outras contas a receber	75.203	93.914
	<u>79.603</u>	<u>99.415</u>

✓ Em 31 de Dezembro de 2017, existiam adiantamentos efectuados ao pessoal referentes a vários tipos de empréstimos e outros adiantamentos concedidos no montante de mECV 4.400 a curto prazo.

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Em 31 de Dezembro de 2017, a rubrica «Outras contas a receber» incluía o montante de mECV 28.870 (mECV 28.870, em 31 de Dezembro de 2015) relativo às contas a receber da antiga entidade "Arca Verde", mECV 27.288 do Projeto Plataforma de Frio Porto Grande, os quais se encontram sob tutela do Governo de Cabo Verde.

Todos os empréstimos referidos destinam-se à aquisição ou melhoria de habitação, despesas com formação, aquisição de viatura própria e tratamento médico no exterior, sendo os mesmos concedidos no âmbito da reserva para fins sociais. Estes empréstimos vencem juros à taxa estabelecida pelo Banco Central, cumprindo o disposto na Lei n.º 82/VIII/2015 de 8 de Janeiro.

8.3. Corrente a Pagar

A rubrica «Outras contas a pagar» apresenta os seguintes movimentos no passivo corrente:

	2017	2016
Outras contas a pagar - passivo corrente		
Fornecedores de imobilizado	23.355	604
Encargos com remunerações férias	133.979	133.533
Remunerações a regularizar	28.852	16.104
Juros a pagar de projetos	7.562	7.732
Juros a pagar de equipamentos	6.489	8.650
Credores diversos por acréscimo		0
Outros credores Diversos	4.175	1.588
	204.412	168.211

O valor em dívida a fornecedores de activos fixos registado como passivo corrente no montante de mECV 23.355, inclui basicamente quantias referentes à aquisição de activos informáticos.

Na rubrica de «Juros a pagar de projectos», encontram-se registados os juros suportados essencialmente com o empréstimo de financiamento obtido para a obra de expansão do Porto da Palmeira no montante de mECV 7.562.

Na rubrica «Juros a pagar de equipamentos», encontram-se registados, principalmente, os juros respeitantes ao financiamento para a construção dos 3 scanners de contentores no montante de mECV 5.031, e de mECV 1.458 respeitante ao financiamento para a construção de um Navio.

Encontram-se registadas na rubrica «Encargos com remunerações de férias» as responsabilidades da Empresa para com os trabalhadores (conforme o disposto no Código Laboral) referentes a férias a pagar e às contribuições com a Previdência Social, as quais correspondem a 16% das remunerações de férias a serem processadas.

9. Activos por Impostos Diferidos

	2017	2016
Outras contas a receber - activo não corrente		
Activos por Impostos Diferidos	10.211	0
	10.211	0

Em 31 de Dezembro de 2017, a empresa registou activos por imposto diferidos no valor de mECV 10.211, resultantes do programa de Reforma Incentivada Antecipada lançada em 2017.

10. Inventários

10.1. Inventários

Em 31 Dezembro de 2017 e de 2016, não foram identificados inventários obsoletos ou inutilizáveis, nem com valores de realização inferiores aos valores contabilísticos. Na circunstância, em os exercícios, não foi reforçada a imparidade já constituída.

Os montantes dos «Inventários» em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 eram os seguintes:

	2017	2016
Inventários		
Inventário - Combustíveis e Lubrificantes	3.792	1.926
Inventário - Material de Conservação e Reparação	3.241	2.808
Inventário - Vestuário, Fardas e Utensil Domésticos	625	518
Inventário - Acessórios p/Equip. Hidráulico	57.715	51.208
Inventário - Pneumáticos e Acessórios	17.419	9.975
Inventário - Tintas e Solventes Diversos	373	17
Inventário - Utensílios de Descarga	3.676	5.323
Inventário - Materiais e Artigos de Escritório	805	464
Inventário - Outros não Especificados	72	70
Total	87.718	72.309
Em Transito - Mat. Constr Civil e serralharia e outros		111
Em Transito -Acessór. p/Equip. Hidráulico	1.058	3.449
Em Transito - Outros Material e Artigos Diversos		31
Total	1.058	3.591
Perdas por Imparidade		
Imparid. Invent - Material Conservação e Reparação	-1.747	-1.747
Imparid. Invent - Acessórios p/Equip. Hidráulico	-31.807	-31.807
Imparid. Invent - Utensílios de Descarga	-3.676	-3.676
Imparid. Invent - Outros não Especificados	-760	-760
Total	-37.990	-37.990
Valor Líquido Inventários	50.786	37.910

10.2. Gastos com as Matérias Consumidas

Os custos com inventários em 2017 e em 2016 e incluídos na rubrica «Gastos com as matérias consumidas», foi a seguintes:

	2017	2016
Combustíveis e Lubrificantes	24.743	20.892
Material de Conservação e Reparação	3.663	1.719
Vestuário, Fardas e Utensil Domésticos	59	202
Acessórios p/Equip. Hidráulico	16.541	7.438
Pneumáticos e Acessórios	16.143	13.338
Tintas e Solventes Diversos	1.037	715
Utensílios de Descarga	2.200	393
Materiais e Artigos de Escritório	1.850	1.987
Outros não Especificados	323	354
Total	66.559	47.038

A rubrica «Gastos com matérias consumidas» é relativa a gastos incorridos pelo consumo de vários materiais. O movimento desta rubrica nos exercícios de 2017 e de 2016 foi como se mostra de seguida:

	2017	2016
Inventários iniciais	75.900	83.040
Compras	79.435	39.895
Inventário em Transito	-1.058	-3.591
Inventários Finais	-87.718	-72.309
	66.559	47.035

11. Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica «Clientes» apresenta a seguinte composição:

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Quantia bruta		
Cientes - conta corrente	289.691	342.595
Cientes - acréscimos de rendimentos	83.409	15.973
Cientes - de cobrança duvidosa	213.084	218.511
	<u>Total</u>	<u>577.079</u>
	586.184	577.079
Perdas por imparidade	<u>-213.084</u>	<u>-211.825</u>
	-213.084	-211.825
Quantia escriturada	<u>373.100</u>	<u>365.254</u>
	373.100	365.254

A rubrica «Cientes - acréscimos de rendimentos», no montante de mECV 83.409, refere-se aos serviços já prestados, nomeadamente serviços de armazenagem e de tráfego, mas que não se encontravam facturados em 31 de Dezembro de 2017.

12. Adiantamentos a Fornecedores e Adiantamentos de Clientes

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos de adiantamento a fornecedores e de adiantamento de clientes eram como se segue:

12.1. A fornecedores

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamentos a Fornecedores Nacionais	1.367	3.344
	<u>1.367</u>	<u>3.344</u>

12.2. De clientes

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Adiantamentos de Clientes	7.616	7.616
	<u>7.616</u>	<u>7.616</u>

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

O saldo da rubrica «Adiantamentos de clientes» em 31 de Dezembro de 2017 corresponde aos adiantamentos efectuados por clientes à data do fecho do exercício, por serviços já prestados no decorrer do exercício de 2017.

Em relação à rubrica «Adiantamentos a fornecedores», o saldo é referente à antecipação de valores por conta de fornecimentos a decorrer no 1.º semestre de 2018.

13. Estado e Outros Entes Públicos

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os saldos com o Estado e outros entes públicos eram como se segue:

13.1. Saldos Devedores

	2017	2016
Imposto a Recuperar	11.506	11.506
Imposto sobre Valor Acrescentado		
IVA - Reembolsos Pedidos	334.149	334.149
IVA - A Recuperar	74.751	5.759
Outros Impostos	-450	570
	420.856	351.984

13.2. Saldos Credores

A ENAPOR não tinha quaisquer dívidas em situação de mora para com o Estado e outros entes públicos.

Nas referidas datas, as dívidas ao Estado tinham a seguinte composição:

	2017	2016
Imposto s/Rendimento Estimado	99.689	86.794
IUR Pessoal	17.458	20.251
Outros Impostos	9.795	11.745
Previdência Social	37.134	30.592
SOAT	343	329
	164.419	149.711

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

O montante de mECV 37.134 em dívida à Previdência Social, corresponde aos encargos sobre as remunerações do mês de Dezembro da responsabilidade da Empresa e dos trabalhadores.

A Empresa encontra-se sujeita aos seguintes impostos:

- i. Previdência Social – A contribuição da Empresa corresponde a 16% das remunerações com carácter regular dos empregados.
- ii. Direitos Aduaneiros – Este imposto incide sobre as importações de bens efectuadas pela Empresa. Estes direitos são variáveis e calculados de acordo com a pauta aduaneira em vigor.
- iii. Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas – Este imposto é apurado com base nos resultados da Empresa.

Para os contribuintes do regime normal (método de verificação), corresponde a uma taxa de 25% sobre a matéria colectável. Para o apuramento da matéria colectável, são deduzidos aos resultados da Empresa os proveitos relativos a provisões tributadas em anos anteriores e outros benefícios fiscais em vigor, e acrescidos, os gastos não dedutíveis, de onde se destacam os não devidamente documentados, as imparidades e provisões não aceites fiscalmente, o IUP, as correcções de impostos e os custos relativos a exercícios anteriores apurados e reconhecidos no exercício.

Em resultado do novo CIRPC, que entrou em vigor no exercício de 2015, aos pagamentos por prestação de serviços efectuados por entidades não residentes, a Empresa faz retenção na fonte à taxa liberatória de 20% quando não se aplicam os acordos de dupla tributação.

- iv. Tributação Autónoma - Aplica-se a um leque de despesas, com particular foco nos benefícios atribuídos aos trabalhadores (10%) e nas despesas não documentadas (40%).
- v. Imposto sobre o Valor Acrescentado – Este imposto incide sobre as compras e as vendas efectuadas pela Empresa a uma taxa única de 15%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2013 a 2017 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

O Conselho de Administração entende que as eventuais correcções, resultantes de revisões por parte das autoridades fiscais à situação fiscal e parafiscal da Empresa dos exercícios em aberto para inspecção, não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras anexas.

14. Accionistas

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de «Acionista / sócios» é constituída como se segue:

2017

2016

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Adiantamentos	4.424	4.424
	4.424	4.424

O montante a receber de mECV 4.424 é referente a obras realizadas por conta do Estado Cabo-Verdiano e pagamentos efectuados por sua solicitação. Nesta data, não existiam dividendos a ser distribuídos.

15. Diferimentos

Os saldos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016 eram os seguintes:

15.1. Activo

	2017	2016
Rendas	44	230
Fiscalização de baía do Porto Grande	2.000	2.000
Materiais de Publicidade		2.461
Prémios Seguros antecipados		4.075
Licença Software Office 365B	2.027	
Vestuário e Equipamentos	5.490	
Outros Gastos a reconhecer	3.075	3.200
	12.637	11.966

O saldo relativo a «Fiscalização da baía do Porto Grande e Praia», no montante de mECV 2.000, é relativo a acordos assinados pela empresa e a Guarda Costeira e que foram pagos antecipadamente, pelo que o gasto será reconhecido no período seguinte.

15.2. Passivo

	2017	2016
Subsid. Governo de Cabo Verde	39.685	45.453
Subsid Governo Holandês	163.809	170.939
Subsid Governo USA		
Rendas Dominiais	6.821	10.497
Outros	5.614	3.981

JA
EA
AAZ

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

215.930	230.870
----------------	----------------

Na sequência da política contabilística vigente na ENAPOR, e referida na Nota 3.14, a Empresa registou como rendimento, na demonstração dos resultados do exercício de 2017, o montante de mECV 13.764 (Nota 26), relativo ao reconhecimento, como rendimento, das participações recebidas a fundo perdido do Governo de Cabo Verde e do Governo holandês para as obras de expansão do Porto Grande, e a rampa metálica do Porto Tarrafal, Porto Novo e Porto Grande, assim como o financiamento a fundo perdido pelo Millennium Challenge Corporation (MCC), do Governo dos Estados Unidos da América, para o pacote de equipamentos portuários.

16. Capital Realizado

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o capital era detido na sua totalidade por um único accionista, o Estado de Cabo Verde, através da Direção-Geral do Tesouro.

O capital social está fixado em mECV 1.200.000, e é constituído por 120.000 acções, de valor nominal de mECV 10 cada.

17. Reserva Legal e Outras Reservas

Estas rubricas são detalhadas da seguinte forma, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e 2016:

	2017	2016
Reserva Legal	70.619	61.227
	70.619	61.227
Reserva livres	776.171	813.269
Reservas para Investimento	510.684	510.684
Reservas para Melhoramentos	73.418	73.418
	1.360.273	1.397.371

Por deliberação da Assembleia-Geral de 17 de Agosto de 2017, o resultado líquido do exercício de 2016, foi aplicado como se segue:

	2017
Reserva legal	9.392
Resultados transitados	121.626
Dividendos	<u>56.824</u>

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

187.842

Reserva Legal: esta reserva deve ser constituída pela parcela mínima de 5% sobre os resultados líquidos de cada exercício, até ser atingida a quinta parte do capital social, e só pode ser utilizada para cobrir os prejuízos transitados que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício, nem pela utilização de outras reservas e/ou para incorporação no capital social.

Reserva para Investimentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim.

Reserva para Melhoramentos: esta reserva é constituída pela parcela dos resultados apurados em cada exercício que lhe seja anualmente destinada e/ou pelas receitas provenientes de doações de que a Empresa seja beneficiária e destinadas a esse fim.

18. Financiamentos Obtidos

18.1. Empréstimos Bancários

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, os montantes dos financiamentos obtidos eram os seguintes:

Entidade Bancária	Saldo em 31 de Dezembro 2017						Saldo em 31 de Dezembro 2016		
	Ano	Montante	Montante	Passivo	Passivo	Saldo	Passivo	Passivo	Saldo
	Contração	Obtido	Liquidado	Corrente	não	Total	Corrente	não	Total
	Empréstimo				Corrente	em	Corrente	em	em
						Divida		Divida	
Empréstimo do Estado (AID) (a)	1993	45.388	0	45.388	0	45.388	45.388	0	45.388
BEI - Expansão Porto Palmeira (c)	2009	2.483.185	150.898	147.898	1.588.732	1.737.630	150.898	1.737.630	1.888.529
EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (d)	2009	1.240.125	139.680	87.825	836.995	924.820	87.806	976.894	1.064.500
BCA - Construção Navio (e)	2010	382.624	58.553	58.553	53.454	112.007	58.378	112.183	170.560
BCN - Aquisição 2 Gruas (f)	2013	70.000	8.306	0	0	0	8.306	0	8.306
TOTAIS		4.221.322	357.437	339.664	2.480.181	2.819.845	350.576	2.826.707	3.177.283

(a) Empréstimo subsidiário concedido em 18 de Junho de 1993 pela AID ao Estado Cabo-verdiano, que posteriormente o cedeu à Empresa para financiamento de projetos ao abrigo do Programa de Infraestruturas e Transportes, nomeadamente do novo sistema de informação de gestão e dos trabalhos de fiscalização das obras de expansão do Porto Grande. Este empréstimo é expresso em Dólares dos Estados Unidos da América e apesar de inicialmente se encontrar previstas 40 prestações semestrais iguais com início em Dezembro de 2003, vencendo juros à taxa anual de 7,5%, o Conselho de Administração considera que o seu reembolso não deveria ocorrer no exercício de 2017. Este empréstimo encontra-se garantido pelo Estado de

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Cabo Verde.

(b) O empréstimo concedido pelo BEI no montante de mECV 2.483.185 será amortizado em 20 anos. De acordo com o contrato assinado entre o BEI e o Governo de Cabo Verde, no momento da solicitação dos desembolsos foi indicado o modelo de taxa de juros a aplicar à respetiva tranche. No final da utilização do empréstimo, será efetuado uma média das diferentes taxas aplicadas a cada uma das tranches de forma a fixar a taxa de juro final do empréstimo. O empréstimo tinha um período de carência de 5 anos e tem o aval do Estado de Cabo Verde, tendo sido assinado um acordo de retrocessão com o tesouro em 2008, iniciando-se a sua amortização em 2013.

Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa tem como responsabilidades o montante de mECV 1.737.630, sendo mECV 147.898 a curto prazo e mECV 1.589.732 a médio e longo prazo.

(c) O empréstimo concedido pelo EXIMBANK - CHINA no montante de 87.010.000 Yuan RMB, ficou-se pelo valor de 85.045.964 Yuan RMB, o qual têm o aval do Estado, tendo sido assinado durante o exercício de 2009. O empréstimo será amortizado em 20 anos, vencendo juros à taxa de 2%, e um período de carência de capital de 5 anos, tendo o início da sua amortização ocorrido em 2014.

Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa tem como responsabilidades em moedas cabo-verdianas o montante de mECV 924.820, pelo que se encontra registado como responsabilidade a curto prazo o montante mECV 87.825 e como encargo a médio e longo prazo valor de mECV 836.995.

(d) Durante o exercício de 2009, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCA para a construção de um Navio para o reforço da segurança das baías portuárias. O prazo de utilização deste empréstimo é de 12 meses renovável automaticamente na modalidade de conta-corrente caucionada até ao montante máximo de mECV 400.000, sendo que o montante utilizado foi de apenas mECV 382.624. Para a obtenção deste empréstimo foi prestada uma garantia pela Direção Geral do Tesouro em representação do Estado de Cabo Verde pelo montante total do empréstimo contratado. Em 2013, foi renegociado o plano de pagamentos. Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa tem como responsabilidades a curto prazo o montante de mECV 58.533 e como responsabilidades a médio e longo prazo o montante de mECV 53.454.

(e) Durante o exercício de 2012, a Empresa celebrou um contrato de financiamento com o BCN no montante de mECV 70.000, para financiar a aquisição de duas Gruas, para o Porto Sal Rei e Porto Grande. A utilização do referido valor só ocorreu em Abril de 2013 com a confirmação da boa receção dos equipamentos. A amortização do empréstimo é efetuada através de rendas mensais durante um período de 48 meses, em prestações de mECV 1.693 mensais, vencendo juros à taxa anual de 7,5%, com início em 1 de Maio 2013. Para a obtenção deste empréstimo a ENAPOR, prestou uma garantia pelo montante total dos equipamentos adquiridos. Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa não tem qualquer responsabilidade decorrente deste empréstimo, dado que o mesmo foi totalmente amortizado durante o ano de 2017.

Em 31 de Dezembro de 2017, o plano de pagamentos futuros destes empréstimos constituía-se desta maneira:

Financiamentos Obtidos	Montante					2022
	em Dívida 31-12-2017	2018	2019	2020	2021	e Seguintes
Empréstimo do Estado (AID) (a)	45.388	45.388	0	0	0	0
BEI - Expansão Porto Palmeira (c)	1.737.630	147.898	154.014	155.161	156.374	1.124.183

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

EXIMBANK-CHINA - Construção 3 Scanners (d)	924.820	87.825	104.890	93.551	85.211	553.343
BCA - Construção Navio (e)	112.007	58.553	53.454	0	0	0
TOTAIS	2.819.845	339.664	312.358	248.712	241.585	1.677.526

Para além das garantias e responsabilidades acima descritas, os empréstimos contraídos pela Empresa não apresentam covenants que a Empresa esteja obrigada a cumprir.

O Conselho de Administração da ENAPOR confirma o pleno cumprimento de todas as obrigações decorrentes destes financiamentos.

18.2. Custo de Financiamento

	2017	2016
Juros de Financ..Projetos e Obras	32.614	32.360
Juros de Financ. Equipamentos	29.030	38.649
	61.644	71.009

As perdas financeiras são compostas pelos juros suportados com as várias modalidades de financiamento (variam entre 2% a 7,5%) contratadas pela Empresa para financiar os projectos de obras e equipamentos, nos montantes de mECV 32.614 e de mECV 30.573, respectivamente.

19. Responsabilidades por Benefícios Pós-Emprego

Em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, o saldo da rubrica «Responsabilidade por benefícios pós-emprego», decompunha-se do seguinte modo:

	Saldo em 31 Dezembro de 2017			Saldo em 31 Dezembro de 2016		
	Corrente	Não Corrente	Total Passivo	Corrente	Não Corrente	Total Passivo
Reforma Incentivada Antecipada	0	40.043	40.043	0	0	0
Complemento de Reforma Antecipada						

No decorrer do exercício de 2017, a Empresa lançou um Programa de Reforma Incentivada Antecipada, ao qual aderiram 11 trabalhadores, sendo 4 da Administração Central, 5 da Administração do Porto Grande, 1 da Administração do Porto da Praia e 1 da Direcção do Porto

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

de Vale de Cavaleiros. As responsabilidades da Empresa que resultam do acordo firmado com os trabalhadores são:

- Idade de adesão e saída do programa:

	Entrada	Saída
Homens	60	65
Mulheres	55	60

- pagar ao trabalhador o valor correspondente a 75% da retribuição mensal ilíquida;
- pagar ao trabalhador o subsídio de Natal no valor de 75% da remuneração definida pela empresa em cada ano;
- efectuar os descontos devidos à Previdência Social a taxa legal, os quais incidirão sobre 100% da retribuição ilíquida atual do trabalhador.
- efectuar os descontos respeitantes ao IRPS, que incidirão sobre 75% da remuneração ilíquida do trabalhador;
- pagar ao trabalhador a remuneração acordada, bem como as retenções legais até que o INPS assuma a responsabilidade pela pensão definitiva;
- atualizar a retribuição atribuída durante a pré-reforma, sempre que forem atualizados os salários dos trabalhadores activos;
- assegurar ao trabalhador a manutenção do direito a assistência médica, nos mesmos moldes em que é garantido aos trabalhadores activos; e
- assegurar a continuação da progressão na carreira profissional.

20. Fornecedores

A rubrica «Fornecedores» apresentava os seguintes valores em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Fornecedores c/Corrente	60.994	79.965
Fornecedores Fact em Receção Conferencia		2.076
Fornecedores por Acréscimo de Gastos	9.055	4.987
	70.048	87.028

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – facturas em recepção e conferência - correspondem essencialmente às obras realizadas, compras de inventários e aquisições de prestações de serviços já recepcionadas nos armazéns e conferidas, mas ainda não facturados pelos fornecedores à data do balanço.

21. Prestação de Serviços

As prestações de serviços estão relacionadas com as atribuições da Empresa, as quais se encontram descritas na introdução a este anexo.

	2017	2016
Movimentação de Mercadorias	1.840.897	1.738.802
Aluguer de Equipamentos Portuários	172.551	163.153
Serviço Prestado ao Navio	163.742	101.513
Taxas Portuárias	707.608	655.426
Serviços Secundários	132.170	107.400
Descontos e Abatimentos	(413)	(2.701)
Total	3.016.555	2.763.593

O aumento registado nos rendimentos de movimentação de mercadorias e taxas portuárias, resulta do acréscimo verificado no exercício, principalmente, no tráfego de mercadorias, que influenciou o crescimento que se verifica.

22. Fornecimentos e Serviços Externos

O detalhe dos gastos com fornecimentos e serviços externos é como segue:

	2017	2016
Água	21.257	18.416
Eletricidade	90.906	80.005
Combustíveis e outros fluidos	16.735	13.940
Conservação e Reparação	50.038	54.000
Material de escritório	6.030	5.822
Publicidade e Propaganda	18.866	15.752
Limpeza Higiene e Conforto	23.425	21.603
Rendas e Alugueres	18.805	22.655
Despesas de Representação	640	344

J#
(S)
[Signature]

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Comunicação	13.663	15.822
Seguros	20.807	22.342
Vigilância e segurança	77.930	72.476
Royalties	9.696	11.045
Honorários / Consultoria	54.010	80.662
Transporte de Pessoal	23.522	24.165
Deslocações e Estadias	28.323	26.656
Serviços Bancários	2.316	1.208
Outros	17.067	17.253
	<u>494.036</u>	<u>504.166</u>

O saldo da rubrica «Fornecimento e serviços externos» em 31 de Dezembro demonstra um decréscimo dos gastos em mECV 10.130, principalmente devido à redução ocorrida nos honorários/consultoria e rendas e alugueres, pese embora os aumentos verificados na electricidade, vigilância e segurança, entre outros. O saldo da rubrica «Honorários/consultoria» em 31 de Dezembro de 2017, no montante de mECV 54.010, era constituído, principalmente, por gastos com estudos e projectos técnicos no âmbito dos projectos em curso, nomeadamente a reformulação do sector portuário e outros.

23. Gastos com o Pessoal

O número médio de trabalhadores da ENAPOR nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, atentando à natureza do vínculo contratual, era o seguinte:

	<u>2.017</u>	<u>2.016</u>
Pessoal Administrativo	399	417
Trabalhadores Portuários	<u>520</u>	<u>509</u>
	<u>919</u>	<u>926</u>

O quadro abaixo resume os gastos com o pessoal:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Remunerações dos Órgãos Sociais	11.848	17.383
Remunerações do Pessoal (i)	<u>953.392</u>	<u>934.186</u>

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Remunerações Adicionais	243.135	229.924
Prémios para pensões	49.863	
Indemnizações ao Pessoal	8.796	7.760
Encargos s/Remunerações	175.784	170.636
SOAT	3.930	4.281
Formação Profissional	5.364	1.982
Ação Médico-Medicamentosa	835	399
Festividades da empresa	8.723	5.628
Outros Gastos c/Pessoal	4.763	3.289
Total	1.466.433	1.375.468

(i) comporta todos as remunerações do pessoal administrativo e do corpo da estiva

O aumento nos gastos com o pessoal foi provocado, principalmente, por gastos com o corpo de estiva, o que foi influenciado pelo aumento da actividade portuária.

As remunerações adicionais em 2017 são compostas por várias rubricas complementares ao salário, destacando-se as horas extraordinárias no montante de mECV 30.556 (mECV 26.617, em 2016), a isenção horária no montante de mECV 48.526 (mECV 45.874, em 2016), o subsídio de férias do pessoal de estiva no montante de mECV 28.287 (mECV 26.288, em 2016) e ainda o subsídio de Natal do pessoal de estiva no montante de mECV 22.844 (mECV 23.466, em 2016).

24. Imparidade de Dívidas a Receber

Os movimentos ocorridos nos exercícios de 2017 e de 2016 foram os seguintes:

	2017	2016
Saldo Inicial	211.825	143.285
Movimentos no Exercício		
Aumentos	27.992	125.084
Reversões	-5.216	
	<u>22.776</u>	<u>125.084</u>
Utilização	-19.650	-56.544
Saldo Final	<u>214.951</u>	<u>211.825</u>

As perdas por imparidade acumuladas em 31 de Dezembro de 2017 ascendem a mECV 214.951 (mECV 211.825, em 2016). Depois de uma análise aos vários clientes com saldos com mais de

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
(montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

365 dias vencidos, o Conselho de Administração identificou um conjunto de valores a receber que comportam um elevado risco de recuperabilidade e, por conta disso efectuou um reforço das imparidades em 2017 de mECV 27.992 (mECV 125.084, em 2016).

Registou-se uma reversão de imparidades constituída em mECV 5.216, respeitante à recuperação da dívida da Cabocem.

Por razões várias, nomeadamente extinção das empresas, perda de navios para explorar, falta de comprovativos da faturação e paradeiro incerto do cliente, há vários créditos já não recuperáveis. Autorizou-se que estes fossem considerados incobráveis e anulados da carteira de clientes em contrapartida das imparidades já constituídas em outros exercícios, no montante de mECV 19.650 (mECV 56.544, em 2016).

25. Provisões do Exercício

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, a rubrica de «Provisões» não apresentava qualquer movimento.

26. Outros Rendimentos e Ganhos

A rubrica «Outros rendimentos e ganhos» apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Rendimentos em Alienações Ativos	725	117
Rendimentos em Sinistros Ativos	78	485
Rendimentos em Rendas	77.423	74.661
Outros Rendimentos em Inv. Não Financeiros		489
Correções Períodos Anteriores	4.154	10.339
Imputação de Subsídios para Investimentos	13.764	39.328
Outros	538	4.477
Total	96.682	129.896

O crescimento nos rendimentos em rendas das propriedades de investimento da Empresa está relacionado com a disponibilização de espaços que ocorreu durante 2017.

27. Outros Gastos e Perdas

A rubrica «Outros gastos e Perdas» apresenta a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Impostos	22.555	22.699
Correções Relativas a Períodos Anterior	10.631	17.689
Donativos e Quotizações	6.854	16.277
Outros Gastos Operacionais	3.196	4.108

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Perdas em Inventário	1.541	
Diferença de câmbio	8.505	
Gastos em Inv.não Financ.-Sinistros	22.733	
Total	76.015	60.773

28. Depreciação e Amortização

A rubrica «Depreciação e amortização» apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Edifícios e Outras Construções	2.643	2.710
Total Propriedade de Investimento	2.643	2.710
Edifícios e Outras Construções	201.581	199.058
Equipamento Básico	166.679	203.903
Equipamento de Transporte	5.599	30.721
Equipamento Administrativo	20.948	19.397
Outros Ativos Fixos Tangíveis	2.857	3.767
Total Ativos Fixos Tangíveis	397.664	456.846
Software	337	17.806
Total Ativos Fixos Intangíveis	337	17.806
	400.644	477.362

Os gastos em «Depreciação e de amortização» das propriedades de investimento e dos activos durante o exercício de 2017 foram os que constam do quadro acima, tendo em conta a respectiva vida útil.

29. Juros e Ganhos Similares

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, as perdas e ganhos com juros e similares foram os seguintes:

	2017	2016
Ganhos		
Juros Obtidos	15.187	13.512
Diferenças Cambiais	53.739	33.144
Total	68.926	46.656

Os juros obtidos referem-se a aplicações em depósito a prazo para rentabilizar o excedente temporal de tesouraria, assim como a ganhos com depósitos à ordem remunerados.

30. Imposto Sobre o Rendimento do Período

Na sequência do novo CIRPC (Lei nº82/VIII/2014), que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2015, introduzindo a taxa autónoma, a rubrica «Imposto sobre o rendimento do período» apresenta o seguinte detalhe para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016:

	2017	2016
Imposto Corrente	168.490	86.939
Imposto Diferido	-10.211	0
Imposto Incêndio	3.370	1.739
Taxa Autónoma	2.549	2.674
Total	164.199	91.352

A reconciliação entre o resultado contabilístico e o fiscal é apresentada na tabela seguinte e baseia-se na declaração fiscal do Modelo 1B do IRPC:

	2017	2016
Resultado Antes Imposto RAI	594.056	279.194
ACRÉSCIMOS	89.276	68.563
Correcções relativas a períodos de tributação anteriores	10.630	17.689
Perdas por imparidade em créditos não aceites	17.979	52.619
Outras perdas por imparidade não aceites	1.867	
As multas, coimas e encargos pela prática infrações	37	
Despesas não devidamente documentadas	1.250	329
Prémios de seguros de doença e acidentes pessoais	261	
Imposto único sobre o património	34	
"+" 30% gastos c/viaturas ligeiras de passageiros ou mistas	4.118	2.431
"+" 50% gastos c/despesas representação	320	
Realizações de utilidade social não dedutíveis	651	
Donativos p/além dos limites legais	4.314	2.923
Diferença positiva entre Mais-valias e Menos-valias fiscais	0	-10.464
Outras correcções não previstas nos campos anteriores (NRF 21)	47.813	3.036
DEDUÇÕES	9.370	0
Correcções relativas a períodos de tributação anteriores	4.154	
Ativo por imposto diferido	0	

ENAPOR – Empresa Nacional de Administração dos Portos
 Anexo às Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2017
 (montantes expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - mECV)

Reversão de perdas por imparidade tributadas em períodos anteriores		5.216	
ACRÉSCIMO NA MATERIA COLECTAVEL		79.906	68.563
MATÉRIA COLECTÁVEL		673.962	347.757
CÁLCULO IMPOSTO			
Imposto à taxa normal (1)	25%	168.490	86.939
Pagamentos fracionados (2)		68.538	
IRPC liquidado		99.953	86.939
Retenções na fonte (3)		2.813	
IRPC a pagar (4)		97.139	86.939
Imposto incêndio (5)	2%	3.370	1.739
Tributações autónomas (6)		2.549	2.674
Imposto Deferido		-10.211	
TOTAL A PAGAR (7)		103.058	91.352
Imposto sobre o rendimento do período (1+5+6)		164.198	91.352

O novo código (CIRPC) alargou o leque das despesas não aceites fiscalmente, entre as quais se encontra a rubrica «Despesas não devidamente documentadas». Introduziu, ainda, o conceito de Taxa Autónoma, que é um imposto directo que incide sobre determinadas despesas, com particular relevo para as despesas resultantes de alguns benefícios atribuídos aos trabalhadores.

31. Passivos Contingentes e Compromissos Contratuais não Reconhecidos

Em 31 de Dezembro de 2017, a Empresa não tinha passivos contingentes nem compromissos contratuais não reconhecidos nas demonstrações financeiras ou divulgados no anexo.

32. Garantias Prestadas

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2017 e de 2016, as garantias prestadas pelo Governo de Cabo Verde e pela Empresa para obtenção de financiamentos eram as seguintes:

Entidade Financeira	Emitente		
		2017	2016
Banco Interatlântico	Gov. CV		137.886
Banco Comercial do Atlântico	Gov. CV	400.000	400.000
Banco Caboverdeano de Negócios	Enapor		70.000
		400.000	607.886

33. Divulgações Sobre Diplomas Legais

À data de 31 de Dezembro de 2017, não existiam divulgações exigidas por diplomas legais a que a ENAPOR estivesse sujeita.

34. Outras Informações cuja Divulgação Seja Considerada Relevante para a Compreensão da Posição Financeira e dos Resultados

À data de 31 de Dezembro de 2017, não existiam outras informações cuja divulgação seja considerada relevante para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados da Empresa.

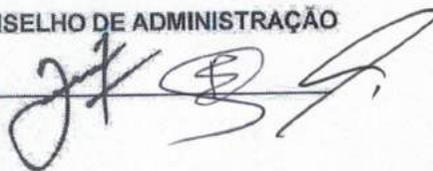
35. Aprovação das Demonstrações Financeiras

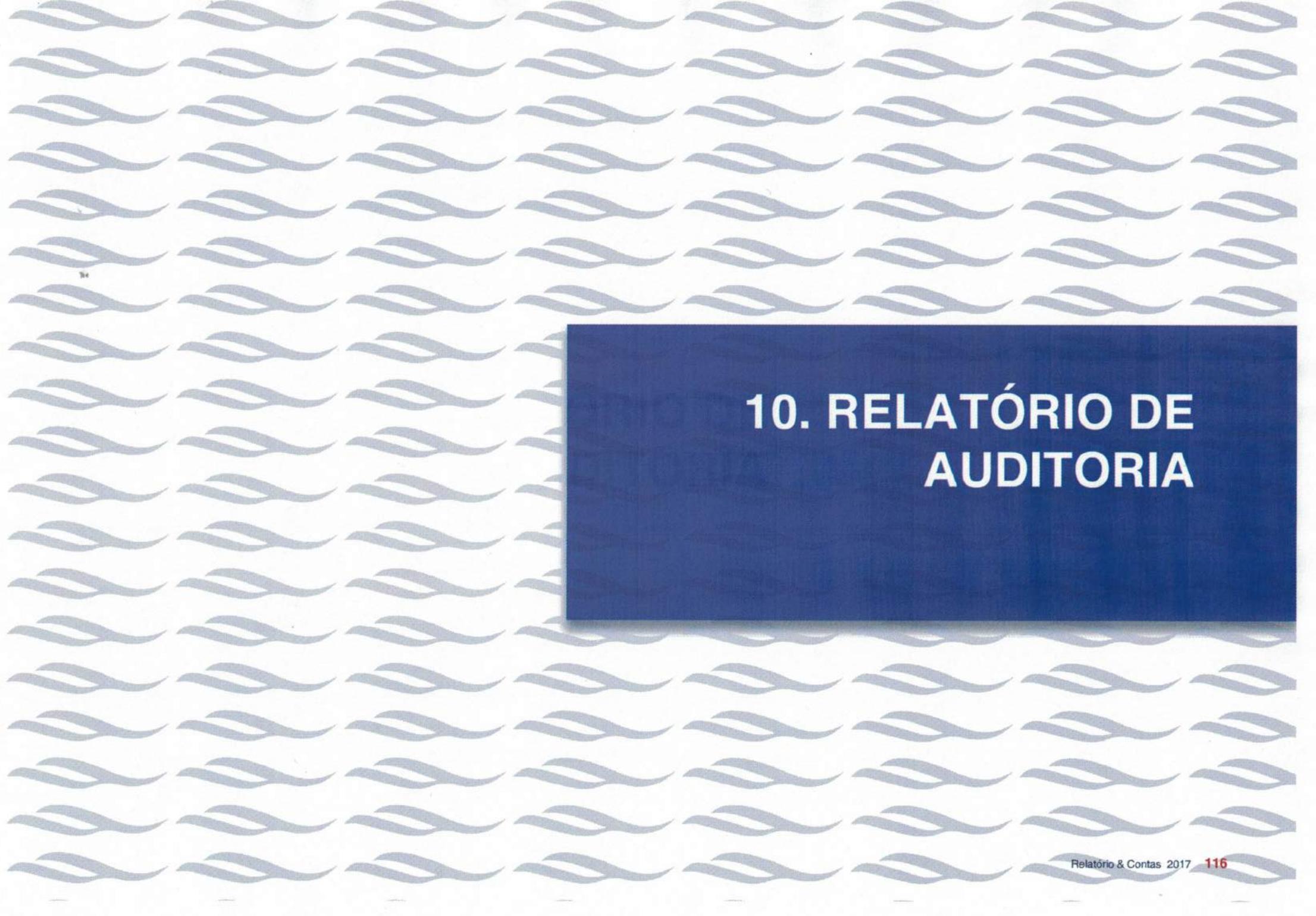
Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Empresa em 29 de Março de 2018.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS



O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO





10. RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATÓRIO DE AUDITORIA

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. (a “Entidade” ou “ENAPOR”), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2017 (que evidencia um total de 6.583.063 milhares de Escudos Cabo-Verdianos e um total de capital próprio de 3.060.749 milhares de Escudos Cabo-Verdianos, incluindo um resultado líquido de 429.858 milhares de Escudos Cabo-Verdianos), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nas alíneas (i) a (iv) na seção “Bases para a opinião com reservas”, e exceto quanto aos efeitos das matérias referidas nas alíneas (v) e (vi) da mesma seção, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Enapor – Empresa Nacional de Administração dos Portos, S.A. em 31 de dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde.

Bases para a opinião com reservas

- (i) Não obtivemos, até à presente data, respostas de diversos clientes e fornecedores da Entidade, e da Direção Geral do Tesouro, aos nossos pedidos de confirmação de saldos, com referência a 31 de dezembro de 2017, os quais, de acordo com os registos contabilísticos da Entidade, naquela data, encontram-se incluídos nas rubricas de “Clientes”, “Fornecedores /Outras Contas a pagar”, “Financiamentos obtidos – passivo não corrente” e “Financiamentos obtidos – passivo corrente”, nos montantes de mECV. 84.972, mECV. 11.273, mECV. 2.476.727 e de mECV. 281.111, respetivamente. Por outro lado, não obtivemos reconciliação dos saldos que nos foram confirmados, com referência a 31 de dezembro de 2017, por diversos clientes e fornecedores da Entidade, no montante total de mECV. 9.916 e mECV. 2.259, respetivamente, cujo saldo correspondente, naquela data, de acordo com os registos contabilísticos da Entidade, ascende a mECV. 103.275 e mECV. 3.479, registados na rubrica de “Clientes” e “Fornecedores /Outras Contas a pagar”. Adicionalmente, as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado 19 de junho de 2017, contém uma reserva por limitação de âmbito cujo conteúdo é similar ao dos assuntos acima descritos. Consequentemente não nos é possível concluir quanto aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de dezembro de 2017.
- (ii) O balanço da Entidade em 31 de dezembro de 2017 inclui nas rubricas de “Clientes”, “Outras contas a receber” e “Acionistas/Sócios” contas a receber de organismos públicos ou empresas participadas pelo Estado de Cabo Verde no montante de, aproximadamente, mECV. 163.593, mECV. 58.079 e mECV. 4.424, respetivamente, que apresentam antiguidade. Adicionalmente, o saldo da rubrica de “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de dezembro de 2017 no montante de mECV. 420.857 inclui: (i) contas a receber relativas a Imposto sobre o Valor Acrescentado (“IVA”) no montante de mECV. 408.900 relativo ao saldo de IVA a receber apurado desde o exercício de 2011; e (ii) Imposto Único sobre o Rendimento a recuperar no montante de mECV. 11.506 que apresenta, igualmente, antiguidade. Apesar dos esforços realizados pela Entidade com vista à recuperação das dívidas com aquelas entidades, as quais historicamente têm vindo a ser objeto de protocolos de encontro de contas com as mesmas, não obtivemos, até à presente data, informações suficientes que nos permitam concluir quanto ao momento e valor de realização daquelas contas a receber. Consequentemente, não nos é possível concluir quantos aos eventuais efeitos destes assuntos nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2017.

“Deloitte” refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada de responsabilidade limitada do Reino Unido (DTTL), ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro e respetivas entidades relacionadas. A DTTL e cada uma das firmas membro da sua rede são entidades legais separadas e independentes. A DTTL (também referida como “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Aceda a www.deloitte.com/pt/about para saber mais sobre a nossa rede global de firmas membro.

Tipo: Sociedade Anónima | NIPC e Matrícula: 501776311 | Capital social: € 500.000 | Sede: Av. Eng. Duarte Pacheco, n.º7, 1070-100 Lisboa | Escritório no Porto: Bom Sucesso Trade Center, Praça do Bom Sucesso, 61 – 13º, 4150-146 Porto

- (iii) Não obtivemos, até à presente data, informação de suporte atualizada relativamente ao saldo da rubrica de perdas de imparidade de inventários em 31 de dezembro de 2017, no montante de mECV. 37.990. Consequentemente não nos é possível concluir quanto ao valor de realização da rubrica de "Inventários" em 31 de dezembro de 2017 no montante de mECV. 50.785 (líquido de perdas de imparidade acumuladas no montante de mECV. 37.990).
- (iv) Não obtivemos, até à presente data, avaliações atualizadas sobre o valor de realização do saldo rubrica de "Propriedades de investimento" no montante de mECV. 24.269 (líquido de depreciações acumuladas de mECV. 52.706). Consequentemente, não nos é possível concluir quantos aos eventuais efeitos deste assunto nas demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2017.
- (v) A ENAPOR obteve, em 1982, através do Decreto-Lei nº 58/82, de 19 de junho, a Concessão da exploração económica dos portos existentes na Republica de Cabo Verde, com base na qual a Entidade passou a utilizar um vasto conjunto de bens de domínio público, sem, contudo, terem sido definidas algumas condições associadas à sua exploração, nomeadamente, o seu prazo e contrapartidas financeiras. Em 12 de Setembro de 2013, através do Decreto-Legislativo nº1 /2013, foi alterada a Lei dos Portos de Cabo Verde, que veio atribuir à Entidade a figura de concessionária geral dos mesmos, competindo-lhe exercer as atribuições do Estado de Cabo Verde em matéria de administração, gestão e exploração de portos, terminais e zonas portuárias, sendo-lhe, ainda, permitida a subconcessão daquelas atividades a entidades privadas. Em 18 de Maio de 2015, através do Decreto-Lei nº 31/2015, foi aprovado as Bases da Concessão dos Portos de Cabo Verde, redefinindo o quadro jurídico geral da Concessão dos Portos, bem como as bases gerais das subconcessões de gestão, exploração e operação portuária e serviços portuários, aprovando ainda o modelo de regulação económica do sector portuário. Este diploma mantinha a ENAPOR como Concessionária Geral dos portos de Cabo Verde, mediante a celebração do correspondente contrato que veio a ocorrer em 18 de janeiro de 2016, sob o título de "Contrato de Concessão Geral do Serviço Público Portuário e de Exploração e Desenvolvimento das Infraestruturas Portuárias de Cabo Verde" ("Contrato de Concessão"), em conformidade com os objetivos preconizados na Resolução nº 52/2015, de 15 de junho, apesar de não termos obtido evidências que o contrato tenha sido objeto de publicação em Boletim Oficial.

O Contrato de Concessão veio a definir que: (i) os bens a ela afetos são aqueles que vierem a ser utilizados pela Concessionária para a prestação de atividades e serviços portuários ou outros serviços conexos e que se destinem à realização do serviço público objeto da concessão; (ii) a Concessão tem por objeto a exploração do serviço público Portuário e a gestão, administração e manutenção dos Portos de Cabo Verde; (iii) a Entidade é titular do direito de propriedade dos bens afetos à Concessão que não integrem o domínio público ou que não sejam propriedade privada de outras entidades públicas ou privadas; (iv) todos os bens que a Entidade venha a adquirir na vigência da Concessão integram o seu património privativo, salvo se, em virtude da lei e nos termos desta, devam integrar o domínio público; (v) o prazo da Concessão é de 50 anos a contar da data da assinatura do Contrato de Concessão, podendo ser prorrogado por um período máximo de vinte anos; (vi) extinguindo-se a Concessão por qualquer motivo revertem para o Estado de Cabo Verde todos os bens e direitos afetos à Concessão, sejam ou não propriedade da ENAPOR, obrigando-se a ENAPOR a entregá-los em perfeitas condições de funcionamento, conservação e segurança, sem prejuízo do normal desgaste inerente à sua utilização, e livres de quaisquer ónus e encargos, não sendo legítimo invocar, com qualquer fundamento, o direito de retenção. Adicionalmente, caso a reversão dos bens não ocorra tal como indicado anteriormente, a ENAPOR deverá indemnizar o Estado de Cabo Verde; e (vii) são devidas rendas pela ENAPOR pela exploração das Atividades e Serviços Portuários, as quais serão determinadas em 10% da receita total proveniente da cobrança por tarifas das atividades sujeitas a regulação económica, nos Portos objeto da Concessão.

Nestas circunstâncias, a Entidade deveria ter procedido, e não procedeu, à análise e registo nas suas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 dos efeitos decorrentes da adoção, por supletividade, da "International Financial Reporting Interpretations Committee nº 12 – Service Concession Arrangements" ("IFRIC 12") de 1 de janeiro de 2008, tendo mantido, nomeadamente, os procedimentos de reconhecimento, mensuração e classificação dos ativos afetos à Concessão que tinham vindo a ser adotados antes da assinatura do Contrato de Concessão, encontrando-se os mesmos incluídos em 31 de dezembro de 2017, fundamentalmente na rubrica de "Ativos fixos tangíveis", cujo saldo total ascende, naquela data, a mECV. 4.761.836 (líquido de depreciações acumuladas de mECV. 7.024.536).

Importa ainda referir, por outro lado, que as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017 não incluem os efeitos decorrentes de eventuais rendas por faturar à Entidade pela exploração das Atividades e Serviços Portuários, conforme previsto no Contrato de Concessão supra-mencionado. Não obtivemos informações suficientes, até à presente data, que nos permitisse concluir sobre os efeitos dos assuntos acima mencionados, que entendemos ser significativos, nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

- (vi) A nossa análise aos procedimentos de corte de operações na rubrica de "Prestações de serviços" revelaram algumas debilidades, nomeadamente com referência ao início do exercício de 2017. Não obtivemos informações suficientemente fiáveis que nos permitissem quantificar integralmente os efeitos desta situação, que entendemos ser significativa, para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2017.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" deste relatório. Somos independentes da Entidade de acordo com os requisitos do Código de Ética do IESBA e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Outras matérias

As demonstrações financeiras da Entidade em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outros auditores, cujo relatório, datado de 19 de junho de 2017, contem uma reserva por limitação de âmbito similar à descrita no parágrafo (i) da secção "Bases para a opinião com reservas" e duas ênfases, das quais uma, encontra-se relacionada com o assunto descrito no parágrafo (v) da mesma secção.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Cabo Verde, e pela criação e manutenção de um sistema de controlo interno que determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando preparar as demonstrações financeiras, o órgão de gestão é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que tenha intenção de liquidar a Entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

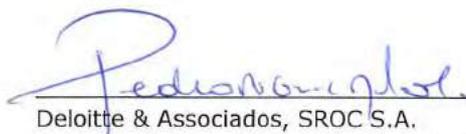
Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos com os órgãos de gestão, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

Lisboa, 27 de abril de 2018



Deloitte & Associados, SROC S.A.

Representada por Pedro Miguel Gonçalves Carreira Mendes, ROC



SEDE: C.P 82, Mindelo - S.Vicente | Tel: +238 230 75 00
E-mail: marketing@enapor.cv | Site: www.enapor.cv